



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Azágua

Agricultores e técnicos do MAA no terreno a combater pragas

Págs. 12 e 13



Resultados do Censo 2021 em risco de acabar no lixo

Págs. 2 a 4

Polémica

Péricles Tavares sem medo de Lúgia Fonseca

Pág. 6



Covid-19

Vacinação baixa entre pessoal afecto ao turismo

Págs. 10 e 11



Mundial Basquetebol'2023

Cabo Verde com Mali, Uganda e Nigéria no Grupo A

Pág. 16

Presidenciais



Pág. 19



São Vicente

Nadar com tartarugas atrai cabo-verdianos

Pág. 9 in ETC

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- Receitas e Dicas
- Passatempo



NO PONTO

14 anos depois

A NAÇÃO sempre à procura da renovação

Este Jornal comemora, na próxima segunda-feira, 6 de Setembro, o 14º aniversário da chegada às bancas do seu primeiro número, constituindo A NAÇÃO a principal imagem de marca do Grupo Alfa-Comunicações.

São 14 anos traduzidos em 731 edições, onde a realidade nacional se encontra espelhada nos seus mais variados quadrantes e cores. Enquanto espelho da sociedade que somos não será exagero afirmar que parte importante da história do país nestes 14 anos passam também pelas páginas do A NAÇÃO.

Nesta caminhada de quase uma década e meia, vale, também, sublinhar o compromisso e o papel incontornável dos seus profissionais, nos diferentes níveis, funções e especialidades, que fazem do Jornal uma produção colectiva, corolário de muita entrega e dedicação, garante dos avanços incrementais que, a cada ano, o Projecto foi granjeando.

Vale ainda reconhecer que o Espaço Mediático tornou-se, neste lapso de tempo, mais consistente e mais diverso, com o consolidar também do A NAÇÃO. É claro que nisso não faltaram também os momentos difíceis.

Em tempos de Pandemia, o Jornal conseguiu dar à volta e sobreviver, fazendo desse momento de provação não só um teste de resistência, como também de desafio ao futuro.

E se Cabo Verde, no cômputo da Liberdade de Imprensa, tem reputada posição internacional, não há como não debitar, também, crédito aos jornalistas, aos integrantes, todos – de A até Z – do nosso Semanário.

A liberdade de opinião, a credibilidade da notícia e a consistência das estórias reportadas, mais o sentido de Ética e Deontologia

profissionais, consubstanciados no seu Manifesto Editorial, tudo isso tem contado, ao longo destes anos de caminhada, com altos e baixos - felizmente mais altos de que baixos! -, e, seguramente, de enorme valência pública, como mostram os estudos comparativos entre os Órgãos de Imprensa Cabo-Verdiana.

O Passado, esteio essencial para que tivéssemos chegado a esta Etapa, mantém-se importante, como referência intermitente e fonte da nossa consagrada Identidade.

Mas, o Futuro, desafio do presente do dia-a-dia do A NAÇÃO, tanto nas actualizações no Online – a saber: Site, FaceBook e/ou YouTube -, como na montagem do Semanário, é o nosso grande foco.

Agradecendo a todos por tudo o que têm feito, a Direcção convoca a cada um, à superação e à inovação constante e permanente para o horizonte de, aqui e agora, dos próximos 14 anos.

A ambição, que é legítima e é possível, inscreve-se e mantém-se no ideário de um Jornal para toda a Nação Cabo-Verdiana (Ilhas e Diáspora) e Global, porque o Mundo hoje não conhece fronteiras.

Na parte que nos toca, estamos, desde já, focados e comprometidos, numa idealização e construção permanentes do que será o A NAÇÃO dos próximos anos, seguro de que estes serão também de renovados desafios, porém, sem abdicarmos dos compromissos assumidos e que nos animam desde aquele hoje longínquo 6 de Setembro de 2007.

Um bem-haja a todos, anuentes, leitores, colaboradores!

A Direcção



Resultados do Censo 2021 correm o risco de acabar no lixo



Osvaldo Borges

É bem provável que as projecções de 2012, referentes ao Censo de 2010, venham a prevalecer em relação aos dados preliminares do RGPH 2021, que indicam para uma redução de 1,6% da população cabo-verdiana nos últimos 11 anos quando se esperava o contrário. A operação custou mais de 700 mil contos e os seus resultados, pelos problemas que apresenta, correm o risco de serem atirados para o lixo. Diante disso, há quem peça a cabeça do presidente do INE, Osvaldo Borges.

Daniel Almeida

O V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2021 ou Censo 2021) corre o risco de ficar na gaveta e, com isso, os cerca de 700 mil contos utilizados nessa operação poderão ser considerados dinheiro perdido.

Além do Estado cabo-verdiano, o Luxemburgo, a Espanha, o Brasil e a União Europeia estão entre as entidades que ajudaram a financiar a operação cujos resultados vieram surpreender o público alvo desse importante instrumento – os economistas, consultores e estudiosos no geral dos fenómenos sociais do país.

Principais responsáveis pelo insucesso

Vários especialistas ouvidos pelo A NAÇÃO consideram que

o principal responsável por este insucesso é a administração do Instituto Nacional de Estatística (INE), liderada por Osvaldo Borges e o vice-primeiro-ministro, Olavo Correia, que politizou esse recenseamento. As tentativas deste jornal de falar com o mesmo, reiteradas esta semana, revelaram-se infrutíferas.

As fontes ouvidas por este jornal, inclusive trabalhadores do INE, consideram, entretanto, que já não há condições para os actuais membros do Conselho Directivo do INE se manterem nos respectivos cargos.

“Eles devem estar cientes disso”, realça um elemento da casa, que diz desconhecer o posicionamento da tutela.

“Se perguntarmos aos trabalhadores do INE, bem como os destinatários do Censo, aqueles

que dependem dos dados para trabalhar, certamente que a resposta é que Osvaldo Borges e Gorete Carvalho não têm condições para continuar à frente do INE”, resumiu o nosso interlocutor.

Novo estatuto do INE

Aliás, a administração do INE tem estado a funcionar na ilegalidade desde Março de 2020, com a publicação de um novo estatuto que estabelece uma nova nomenclatura para os corpos sociais dessa instituição. Com essa mudança foi extinto o Conselho de Administração, passando a vigorar um Conselho Directivo.

Com a saída de Celso Ribeiro, que foi eleito deputado, depois de ter desempenhado as funções de vice-presidente do INE, o Governo pretende nomear, para o

Economistas e consultores baralhados

seu lugar, um quadro da casa de nome Fernando Rocha.

Mas conforme alguns técnicos do INE, a referida proposta de nomeação, que já está no Parlamento para efeitos de audição na comissão competente, “é ilegal”. Entendem que o correcto é a nomeação de um novo Conselho Directivo e não apenas um elemento.

“O Governo não pode nomear um vice-presidente sem antes ter nomeado um Conselho Directivo”, esclarece um dos nossos interlocutores.

Este sublinha, a propósito, que os membros da actual administração do INE, o presidente e a outra administradora, “são membros de uma administração nomeados ao abrigo do anterior estatuto, que já foi revogado”.

Mau ambiente de trabalho

Aliás, face ao mau ambiente de trabalho existente no INE, em Maio passado, antes da realização do RGPH 2021, um grupo de trabalhadores do Instituto endereçou uma carta a Olavo Correia, solicitando a substituição dos membros do Conselho Directivo desse organismo.

No documento, subscrito por 34 trabalhadores do INE, os mesmos consideravam que se estava perante uma “grande oportunidade” para se introduzir mudanças na estrutura administrativa dessa instituição. Isto tendo em conta a necessidade de se dar cumprimento aos novos estatutos aprovados em Março de 2020.

O censo demográfico é feito de 10 em 10 anos e este RGPH 2021 deveria actualizar todos os dados e indicadores referentes a 2010. Mas, tendo em conta os vários problemas detectados com essa operação, é bem provável que os dados referentes ao anterior Censo, com as projecções de 2012, se mantenham em vigor até o próximo recenseamento.

As projecções de 2012 indicavam que a população cabo-verdiana poderia ascender a 550 mil em 2020. Em vez disso, verificou-se o contrário: a população decaiu para de 491.683 habitantes em 2010, para 483.628, agora em 2021. Um facto que deixou meio mundo boquiaberto.

Gualberto do Rosário questiona

Perante este cenário, que contraria uma tendência demográfica que vem desde 1950, alguns consultores e economistas mostram-se baralhados e desconcertados.

Um deles é Gualberto do Rosário, antigo primeiro-ministro e empresário, que perguntou: “Com estas revelações trazidas pelo recenseamento populacional, como vai o economista

trabalhar de agora em diante? Toma os dados como certos ou inventa outros?”

Dúvidas de Paulino Dias e João Serra

O também economista e analista Paulino Dias é outro que tem dúvidas em relação aos dados provisórios do RGPH 2021.

“Ainda não encontrei uma explicação lógica para esses dados divulgados, a não ser uma elevada taxa de omissão (pessoas que não responderam ao censo)”, cogitou ao A NAÇÃO.

“Estamos com dificuldades, no dia-a-dia, porquanto consumimos dados”, acrescenta Dias lembrando que o INE é a principal fonte de informação sobre Cabo Verde.

“Tínhamos uma elevada expectativa em relação a este censo, mas, neste momento, estamos numa espécie de limbo, porquanto os dados recolhidos são surreais”.

Esse consultor diz que a sua empresa vai aguardar novos desenvolvimentos, mas, por enquanto, a “orientação” que passou para os seus colaboradores “vai no sentido da utilização das projecções de 2012 do INE”.

Paulino Dias espera, no entanto,

que os dados deste RGPH 2021 não sejam descartados de todo, porquanto são 700 mil contos que estão em jogo. “Fora o aspecto financeiro, que já é grande, para mim, a maior perda será a perda de credibilidade do INE”.

Na mesma linha, o também economista João Serra, ex-governador do Banco de Cabo Verde e ex-ministro das Finanças, publica neste número do A NAÇÃO a segunda parte do seu artigo sobre as dúvidas que o Censo 2021 levanta.

Como defende, “só razões de natureza extraordinária, que ainda desconhecemos, poderão explicar a diminuição da população residente em Cabo Verde, entre 2010 e 2021” (ver Pgs. E6 e E7).

Desde a independência Cabo Verde realiza censos demográficos desde 1980. A confirmarem-se os anteriores cenários, nomeadamente a inutilidade da operação realizada em 2021, esta será a primeira vez que o país regista tamanho fiasco na realização do levantamento da sua população, bem como de alguns dos seus principais problemas do dia-a-dia, nomeadamente, habitação, saúde, desempenho económico, etc.



Gualberto do Rosário



Paulino Dias

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | Nº 731 | 02 de Setembro de 2021 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Indicadores comprometidos

Como é sabido, o INE está a fazer o inquérito pós-censo, para analisar possíveis falhas para eventuais correcções, mas os dados definitivos não deverão diferenciar-se tanto dos provisórios.

O inquérito pós-censitário é uma recomendação das Nações Unidas, no âmbito da realização de um censo, para verificar a existência de eventuais lacunas e analisar a sua cobertura de uma forma geral.

Pressa em apresentar dados provisórios

Mas quando se faz um novo censo, “os dados das projecções deixam de existir”, revela uma fonte do A NAÇÃO, explicando que “novas projecções serão feitas com base no novo censo”.

“Com uma certa pressa para apresentar resultados provisórios, os responsáveis do INE acabaram por cometer um erro. O Fundo das Nações Unidas ligado à população (FNUAP), que é uma referência em termos de metodologia, tem apoiado vários países, que, por causa da pandemia, tiveram situações de omissão nos seus censos”,



realça o nosso interlocutor que considera que o INE não deveria apresentar os “dados preliminares”, ainda por cima, com tantos problemas.


A nossa fonte lembra que o presidente do INE, Osvaldo Borges, fez questão de realçar que apresentaram os dados preliminares no espaço de um mês, mas, “em vez disso, sabendo

dos problemas existentes, deveria pedir apoio ao FNUAP, que poderia ajudar o INE a fazer um inquérito de cobertura de forma objectiva”.

Repercussões em vários indicadores

Mas com os dados preliminares do RGPH 2021 apresen-

tados INE que indicam para uma diminuição de 491.683 habitantes em 2010, para 483.628 em 2021, pode ter repercussões em vários indicadores onde se tem a população como denominador. São os casos do PIB per capita, da taxa de desemprego e mesmo do programa de vacinação contra a covid-19, em curso.

Com os resultados preliminares apresentados recentemente pelo INE, a diminuição da população implica uma subida dos indicadores. “E se os dados estiverem errados as pessoas que, eventualmente, estejam a utilizar os dados preliminares, poderão estar a incorrer num erro nas suas políticas”, conclui. 

700 mil contos a voar

O V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2021 ou Censo 2021) realizado pelo INE entre os dias 16 e 30 Junho custou cerca de 700 mil contos.

Para além do Governo de Cabo Verde, a operação contou com os apoios financeiros e técnicos do Brasil, Espanha, Luxemburgo, União Europeia e do escritório conjunto do PNUD, Unicef e FNUAP.

Foram mobilizados cerca de 110 supervisores a nível nacional, 1.635 recenseadores e controladores, 28 agentes ad-

ministrativos em todos os concelhos do país, 26 jovens da área de tecnologias e informática.

Os dados definitivos deverão ser conhecidos o mais tardar até Março de 2022, conforme as previsões do Governo, devendo ser produzidos 24 volumes estatísticos e 16 de análises e estudos temáticos.

Até lá resta saber se a actual direcção do INE terá condições de permanecer no cargo.

DA





- ▶ **Inglês Prático** 29.07.21
- ▶ **Regime REMP** 11.08.21
- ▶ **Algoritmo e Estrutura de Dados - Turmas A e B** 02.08.21
- ▶ **Excel Intermédio** 09.08.21
- ▶ **Marketing e Gestão de Redes Sociais** 16.08.21
- ▶ **Empreendedorismo e Criação de Negócio** 17.08.21
- ▶ **Business English** 18.08.21
- ▶ **Excel Avançado** 23.08.21
- ▶ **Técnicas de Tratamento e Análise de Dados Estatísticos, Teoria e Prática** 24.08.21
- ▶ **Pilotagem de Drone** 25.08.21
- ▶ **Introdução à Arte** 31.08.21
- ▶ **Help Desk e Administração de Sistemas Operativos de Rede** 01.09.21
- ▶ **Formação Pedagógica Inicial de Formadores** 06.09.21
- ▶ **Inteligência Emocional no Trabalho** 13.09.21
- ▶ **Higiene e Segurança Alimentar na Restauração** 18.09.21
- ▶ **Formação Pedagógica Avançada de Formadores - E-learning** ONLINE

GABINETE DE FORMAÇÃO PERMANENTE

tel: + 26090 00 - cvmove: +238 979 5555 - viber: +238 972 2222 - email: gfp@cv.unipiaget.org - morrico@cv.unipiaget.org / web: www.unipiaget.edu.cv

Democracia

Péricles Tavares sem medo de Lígia Fonseca

Péricles Tavares, ex-candidato à Presidência da República, diz não temer as “ameaças” de Lígia Fonseca, primeira-dama, e advogada, por causa das suspeições levantadas por ele ao marido, e actual chefe de Estado, Jorge Carlos Fonseca. Isto a propósito da queixa dessa cidadã contra Tavares por causa da afirmação de que o marido e PR é detentor de dupla nacionalidade.

Silvino Monteiro

Firme nos seus propósitos, Péricles Tavares não desarma. Reitera a sua posição em como Jorge Carlos Fonseca, actual Presidente da República, possui outra nacionalidade, além da cabo-verdiana, enquanto este não provar que se desvinculou da nacionalidade portuguesa. O ex-candidato às Presidenciais de 2021 diz não temer as queixas apresentadas por Lígia Fonseca.

“A advogada Lígia Fonseca é a pessoa que aparece a defender o marido, na qualidade de Jurista que ela é. E ela acusa-me de injuriar e caluniar o seu marido. Mas ela esquece-se de ver que está usurpar poderes que não lhe pertencem, poderes de outras instituições e outras instâncias. Portanto, cabe ao Ministério Público, e outras instâncias, investigar”, esclarece Péricles Tavares, em entre-

vista ao A NAÇÃO.

Tavares argumenta ainda que, para si, Lígia Fonseca é uma pessoa “mal-intencionada e que não vai a lado nenhum”, uma vez que “ela queixa-se e, ao mesmo tempo, sentencia”, e que nisso “tenta aludir a justiça”. “Ela acha que tem o direito de poder de se meter no meu caminho, para interditar a minha saída do país”, acrescenta Tavares.

“Alarido desnecessário”

O nosso entrevistado critica ainda o facto de Lígia Fonseca prestar queixa e, ao mesmo tempo, chamar a comunicação para fazer um “alarido” mediático “desnecessário”.

“Isso demonstra que é uma pessoa que não está do lado do bem. Ela esquece que foi bem acolhida pelos cabo-verdianos, uma vez que veio através do casamento.

E chegou até a ser bastonária da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, e hoje está no lugar em que está”, argumenta.

Tavares refere ainda que, de algum tempo a esta parte, Lígia Fonseca age como se fosse o Presidente da República.

“Ela anda a insultar todos e todas. E, desta vez, é gravíssimo porque atreveu-se a chamar aos cabo-verdianos, tanto os residentes como na diáspora, de mofinos e parasitas. E isso, de uma pessoa que tem a responsabilidade acrescida, de uma certa medida, é ridículo. Espero que venha a se arrepender e pedir desculpa aos cabo-verdianos. E como somos um povo sensato, e na paz, vamos tentar ultrapassar isso”, explica. Contudo, Tavares avisa que se Lígia Fonseca “continuar a desafiar vai enfrentar o que ela merece”.

No que diz respeito às suspei-



ções levantadas por Péricles Tavares, de que JCF possui dupla nacionalidade, o mesmo reitera o que disse. E acrescenta que cabe ao Ministério, ou ao Parlamento, essencialmente, investigar se, realmente, Fonseca é detentor de outra nacionalidade, ou não.

“Foi o Parlamento que o empossou. Portanto, cabe essa instância, através de uma maioria de dois terços dos deputados endereçar um pedido formal sobre a destituição do Presidente da República. A minha postura em relação à situação mantém-se até quando Jorge Carlos Fonseca apresentar provas de se ter desvinculado da cidadania portuguesa”.

Provas?

Péricles Tavares entende que para JCF ter servido certos cargos tanto em Portugal, como em Macau, nomeadamente de professor e coordenação jurídica, teria que ter a nacionalidade portuguesa.

“Até agora não disse e nem apresentou provas de que não tem outra nacionalidade. Só diz que eu é que tenho que provar. Ele é que tem que provar e esclarecer que não enganou os cabo-verdianos. Até porque, todos querem saber se não temos um português de origem na testa da nossa Nação”, conclui. 🌐

Lígia Fonseca vai ao tribunal em defesa de Jorge Carlos Fonseca

De referir que a advogada e primeira-dama, Lígia Fonseca, apresentou na passada segunda-feira, 30, uma queixa crime no Tribunal da Praia contra o ex-candidato presidencial Péricles Tavares e ao cidadão cabo-verdiano, emigrante nos Estados Unidos, Alexandre dos Santos, desafiando-os a provarem, no Tribunal, a acusação de que o Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, tem dupla nacionalidade.

“A queixa foi apresentada contra Péricles Tavares e contra Alexandre dos Santos, que é um dos promotores da página do Facebook CV

Diáspora Moviment. Os motivos são injúria e calúnia contra Jorge Carlos de Almeida Fonseca, cidadão e actual Presidente da República de Cabo Verde. Temos aqui um ataque, uma ofensa ao próprio país. Porque, quando se ataca a imagem e o bom nome do Presidente da República de um país democrático, um Presidente eleito, duas vezes pelo povo destas ilhas, e pela nossa diáspora, quando se faz um ataque dizendo que ele presta falsas declarações, está-se a atacar a Nação cabo-verdiana”, argumentou.

Para ela, a acusação feita pelos acusados

é “muito grave”, e estes têm de responder por isso, uma vez que a “liberdade de expressão, de opinião, o dever de informar é sempre acompanhado com o dever de responsabilidade”.

Lígia Fonseca disse ainda, na ocasião, que pediu a interdição de saída do país de Péricles Tavares porque, como defende, em Cabo Verde, há a ideia que se faz o que se quer, e se vai embora. “Mas, se esse senhor anda a dizer isso, e apesar de toda a documentação falsa que tem apresentado, continua a dizer, então ele que venha fazer prova do que está a dizer no Tribunal”. SM



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

14 anos

06 Set 2007 - 06 Set 2021

ONDE O CONTRADITÓRIO É UM PRINCÍPIO SAGRADO



www.anacao.cv



[anacaocaboverde](https://www.facebook.com/anacaocaboverde)



Jornal A NAÇÃO no Youtube



(+238) 260 26 90 / (+238) 260 26 93

Praia

Taxistas clamam por segurança e justiça



Adriano Monteiro

Cansados de serem assaltados, os taxistas da cidade da Praia clamam por maior segurança e justiça. A classe diz-se inquieta com a onda de assaltos de que tem sido vítima, havendo lugares em que já não se atrevem a ir, por falta de segurança.

Míriam Pires

Na sexta-feira, 27, os taxistas da Praia manifestaram-se, nas ruas da capital, para exprimir o seu descontentamento face à insegurança que vem afectando a sua actividade. À imprensa, o presidente da associação de taxistas, Adriano Monteiro, lamentou a situação de criminalidade que reina na capital do país e alertou as autoridades

para que medidas de fundo sejam adoptadas.

“Estamos a fazer esta manifestação para chamar a atenção das autoridades que nos posam dar segurança no trabalho porque todos os dias estão a acontecer assaltos, e alguns até graves, por isso estamos a alertar as autoridades competentes para ver se nos ajudam porque eles são o único suporte que nós

temos”, disse Monteiro.

Paulo de Pina é um jovem taxista de 35 anos que exerce a profissão há quatro anos e já foi vítima de dois assaltos, num deles envolvendo arma de fogo, como conta. “No momento do assalto eu levava um cliente à zona e estava a fazer inversão de marcha quando um indivíduo abriu a porta e me apontou a arma, levou to-



Carlos Semedo



Ulisses declara “tolerância zero” ao crime

dos os meus pertences e os do cliente. Na hora não reagi, mas logo denunciei e até hoje nada foi feito”, lembra o taxista.

Paulo de Pina reafirma que ele e os seus colegas estão com medo, indignados e cansados de viver com incertezas. Há lugares, inclusive, que deixaram de ir, sobretudo a determinadas horas do dia.

Proprietários exigem ação do Governo

O presidente da Associação dos Proprietários de Táxis, Carlos Semedo, explica que por serem um grupo que contribui para o PIB do país, necessitam de segurança e protecção, e é nesse sentido que através da manifestação de sexta-feira esperam que a situação seja con-

tornada, o mais rapidamente possível pelo Governo.

“Todos sabem a situação que se passa na Praia, neste momento, portanto, não podemos ficar calados, e, por isso, estamos a dar uma basta nesta situação”, disse.

Carlos Semedo avança que vão continuar a luta, pelo que não descartam uma paralisação dos serviços. “Nós trabalhamos diretamente com as pessoas e trabalhamos na mobilidade de país. Se paramos um dia, será um caos na cidade da Praia, ou em qualquer outro município onde há táxis, portanto, devem levar em consideração para um sector que contribui mais de 70 mil contos ao ano, em termos de combustível, e contribuições nas finan-

ças, eu acho que devíamos ter protecção. Nós também temos um sindicato que é voltado para nós, condutores profissionais, e estamos a pensar, junto com essa entidade, se caso não houver nenhum feedback, vamos fazer uma paralisação a nível nacional”.

Soluções

Questionados sobre as suas propostas para melhorar a segurança, os profissionais de táxi apontam uma Central de Táxi, com tecnologias de GPS, para o maior controlo da viatura e um botão de alarme que será accionado junto à polícia e à Central de Táxi, em caso de assalto, de forma a terem melhor cobertura de imediato. 📍

O primeiro-ministro anunciou ontem, em mensagem dirigida ao País, a “tolerância zero” ao crime, de modo a garantir a segurança nacional, em particular na cidade da Praia. Ulisses Correia e Silva esclareceu que tolerância zero significa não compadecer com o crime, reforçar a acção policial e a presença de proximidade nos bairros.

“É visível aquilo que tem sido feito em alguns bairros e as respostas que têm sido dadas a nível da apreensão e armas, estupefacientes e detenção das pessoas que estão a praticar os crimes”, esclareceu.

UCS apontou ainda a revisão do Código do Processo Penal de modo a que as autoridades sejam mais efectivas na aplicação do regime da prisão preventiva e proporcionar uma justiça com mais efectividade.

Uma outra medida é a criação da figura de secretário de Segurança Nacional para coordenar e acompanhar a actuação quotidiana das forças e serviços da segurança interna do País.

“Em breve a lei será apro-

vada e definirá as competências desta nova figura que será no sentido de reforçar a articulação entre as forças policiais para reforçar a eficácia das suas acções”, explicou na sua mensagem.

Com esses “instrumentos” o PM acredita que “todos nós iremos continuar a dar um bom combate ao crime lá onde for praticado”, lembrando que o combate à criminalidade envolve o Governo, as polícias, o Ministério Público e os magistrados.

“O Governo continuará a promover iniciativas legislativas e a investir em meios que forem necessários para robustecer o quadro de combate à criminalidade”, concluiu.

A mensagem ao país, do PM, surge na sequência de mais uma vaga de violência e criminalidade na cidade da Praia. Além da morte de um empresário indiano e da manifestação dos taxistas da capital, na semana passada, várias outras situações voltaram a colocar a questão da segurança na ordem do dia.





Covid-19

Quase 78 mil vacinados na Praia com primeira dose

Como seria de esperar, com a entrada em vigor a 1 de Setembro de algumas das medidas restritivas de combate à covid-19, que passam pela apresentação do certificado de vacinação, ou apresentação de um teste válido negativo, o ritmo de vacinação e a procura pela imunização aumentaram.

Gisela Coelho

Segundo dados das autoridades sanitárias, até 30 de Agosto, 251.505 pessoas com idade elegível (18 ou mais anos) já tinham sido vacinadas com a primeira dose. Isto equivale a 67,9% do total das 370.362 sinalizadas.

No que tange à vacinação completa, ou seja, pessoas com as duas doses, os dados descem significativamente e apontam para 69.788 habitantes, equivalente a 18,8%. Ou seja, em Cabo Verde a percentagem de população elegível com as duas do-

ses recebidas ainda não tinha atingido os 20%, pelo menos até 30 de Agosto.

1ª dose por municípios

Se atentarmos à imunização por municípios, Paul é o “campeão”, ao superar os 102,6% de população vacinada com a primeira dose, pois, há pessoas de outros municípios de Santo Antão que receberam a vacina nesse concelho. Aqui foram imunizadas 3.604 pessoas.

Depois vem Tarrafal de São

Nicolau, com 3.355 indivíduos que já receberam a primeira dose, num universo de 3.383 elegíveis para o processo, num total de 99,2% de vacinação atingida. Em terceiro lugar aparece Ribeira Grande de Santo Antão com 9.919 habitantes já imunizados com a primeira dose, entre os 10.259 sinalizados, equivalendo a uma taxa global de 96,7%.

Em seguida, no que toca à percentagem de pessoas vacinadas com a primeira dose, por municípios, vêm Porto Novo com

Taxa baixa entre pessoal afecto ao turismo

Apesar da vacinação contra a covid-19 ser apontada com um factor essencial para a re-toma das actividades turísticas do país e conseqüente relançamento da economia nacional, muito assente directa e indirectamente nesse sector, os dados mostram que a taxa de vacinação entre o pessoal afecto ao turismo ainda é baixa.

Números avançados pelas autoridades sanitárias mostram que, no que toca à vacinação por grupos, os profissionais do turismo ainda não tinham atingido, até 30 de Agosto, a metade da imunização com a primeira dose. Entre os 11.280 profissionais do sector, apenas 4.657 já tinham tomado a primeira dose, equivalendo a 41,3% do total.

A classe profissional com maior nível de vacinação é, como seria de esperar, a do pessoal afecto à saúde. Onde, os 4.272 estimados inicialmente, passaram já para 4.862 vacinados com a primeira dose, atingindo uma taxa

de 113,8%.

No que toca aos profissionais afectos aos pontos de entrada internacionais no país, como portos e aeroportos, a taxa de vacinação, com pelo menos uma dose, já atingiu os 93,5%, com 1.402 pessoas vacinadas, das 1500 sinalizadas.

O mesmo se passa com a classe dos Bombeiros e Protecção Civil, com a taxa a rondar os 90,3%, entre 289 profissionais vacinados com a primeira dose, entre os 320 elegíveis.

No que concerne à Polícia, dos 1.943 profissionais sinalizados, 1.647, ou seja, 84,8% já receberam pelo menos uma dose. Em relação a pessoas com 60 ou mais anos, das 50.174 elegíveis, 42.100 (83,9%) já receberam também a primeira dose.

Também entre os professores e pessoal de apoio nas escolas, a taxa de vacinação com pelo menos uma dose já tinha atingido os 62,7%, ou seja, entre os 10 mil profissionais

elegíveis, 6.266 (62,7%) já foram imunizados.

Relativamente ao pessoal da Aviação civil e marítimos, a taxa com a primeira dose é de 65,3%, ou seja, dos 1.500 elegíveis, 980 já receberam a vacina.

Já no que diz respeito a pessoas com doenças crónicas (diabetes, doença cardiovascular, entre outras), dos 24.500 utentes sinalizados, foi administrada a primeira dose em 12.370 (50,5%). Por fim, entre os militares, a cobertura da primeira dose da vacina é 1.321 (52,8%), entre os 2500 profissionais identificados.

De destacar ainda que, segundo as autoridades sanitárias, de 28 de Junho a 30 de Agosto, 86.723 jovens com idade entre 18 e 39 anos receberam a primeira dose da vacina. Isto representa 39,8% da estimativa da população desse grupo etário, segundo ainda o Censo 2010 do INE, a referência utilizada pelas referidas autoridades. GC



uma taxa de vacinação de 86,7%, Ribeira Brava 85,7%, São Vicente 81,7%, São Filipe 77,8%, Sal 76,7%, Ribeira Grande de Santiago 75,2%, S. Lourenço dos Órgãos 75,0%, Brava 72,7% e Santa Catarina do Fogo com 71,7%.

Abaixo dos 70% com a primeira dose, estão Maio com 69,6%, Praia com 68,1%, São Domingos 64,8%, Mosteiros 55,3%, Santa Cruz 51,6%, Boa Vista 51% e Picos 41,1%.

De notar que na Praia, o município mais populoso do país, tinha até à data em apreço, 30 de Agosto, atingido as 77.537 mil pessoas vacinadas com a primeira dose da imunização con-

tra a covid-19. Isto, entre 113.913 pessoas elegíveis para vacinação, com idade igual ou superior a 18 anos, equivalendo a uma taxa de 68,1% de população vacinada. Ou seja, mais de metade da população elegível já recebeu a primeira dose na capital.

De destacar que na cauda dos municípios com a menor taxa de imunização, aparecem Tarrafal de Santiago com 44%, Santa Catarina de Santiago 39,2% e São Miguel com 39%.

Dois doses completas

Quanto aos municípios com maior taxa de aplica-

ção das duas doses, Sal lidera, com 11.456 pessoas, entre 27.755 elegíveis, correspondendo a uma taxa de 41,3%. Depois vem Tarrafal de São Nicolau com 1.347 pessoas que já têm as duas doses aplicadas, entre 3.383 sinalizadas, equivalendo a uma taxa de 39,8%. Em terceiro lugar vem Ribeira Brava com 1.644 pessoas que já receberam a segunda dose, entre 4.728 elegíveis, atingindo uma taxa de 34,8%.

Na contramão, ou seja, os três municípios onde a vacinação completa era menor até 30 de Agosto, são São Miguel (6,7%), Santa Catarina de San-

tiago (5,7%) e Tarrafal de Santiago (4,7%). Os mesmos municípios onde a aplicação da primeira dose está mais atrasada.

Uso contínuo de máscaras

De notar que, conforme vem sendo alertado, a vacinação não é sinónimo de as pessoas estarem imunes à covid-19, como vêm reforçando as autoridades, a nível nacional e internacional, mas sim, simplesmente significa que reduz a chance de recontaminação e ajuda a ter sintomas mais leves, diminuindo a possibilidade de óbitos, como se estima.

Daí o apelo tem sido no sentido do contínuo uso de máscaras e lavagem ou desinfecção frequente das mãos, além do distanciamento social. Isto, até porque, como o A NAÇÃO tem conhecimento, há pessoas vacinadas em Cabo Verde que estão a contrair a doença na mesma, como acontece também a nível mundial.

Até ao fecho desta edição, Cabo Verde contabilizava 773 casos ativos, 34.245, casos recuperados, 313 óbitos, 14 óbitos por outras causas e 9 transferidos, perfazendo um total de 35.354 casos positivos acumulados.

Azágua

Agricultores e técnicos do MAA no terreno a combater pragas



REGIÕES

O ano agrícola está com boas perspectivas, graças ao bom nível de precipitação registado durante o mês de Agosto. Entretanto, já surgiram focos de gafanhotos e percevejos verdes (tartarugas) em alguns concelhos da ilha de Santiago, do Fogo e do Maio. Os agricultores e técnicos do MAA estão no terreno a fazer o combate.

Silvino Monteiro

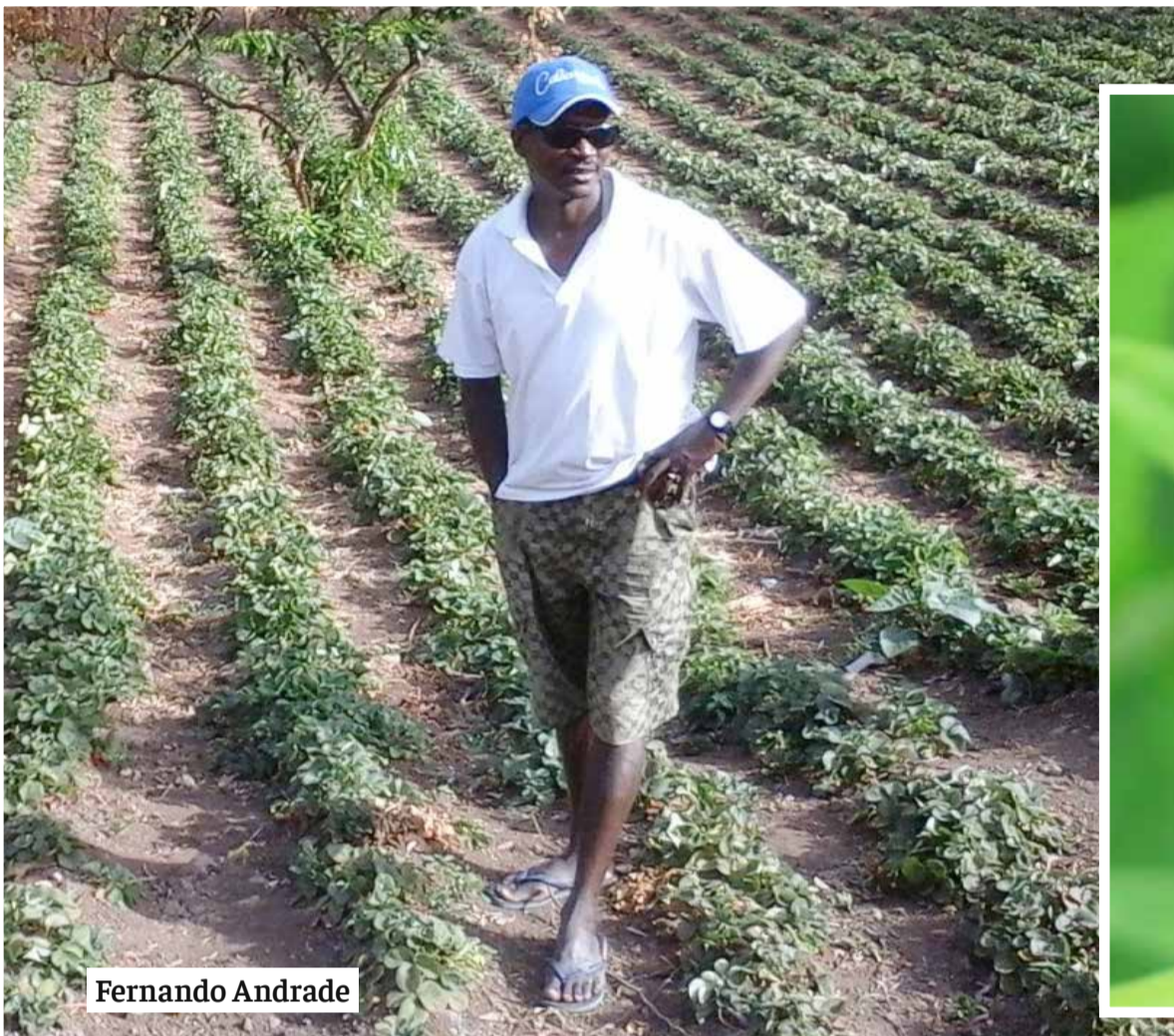
A campanha da agricultura de sequeiro no interior de Santiago está a decorrer a um bom ritmo e os agricultores estão otimistas num bom ano agrícola, graças à boa quantidade de chuvas caídas durante o mês de Agosto. Os cultivos estão com um bom vigor vegetativo neste momento.

A grande preocupação dos agricultores prende-se com a falta de mão-de-obra, a nível da ilha de Santiago, tal como o reportado pelo número ante-

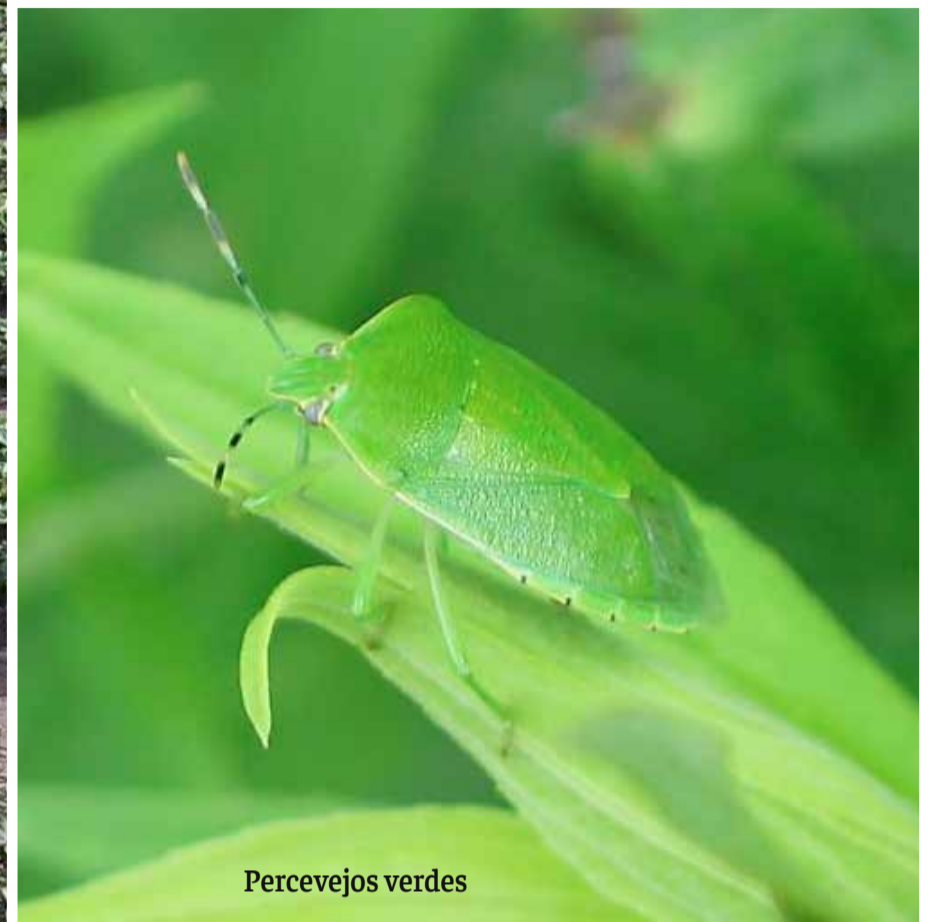
rior do A NAÇÃO.

Outra preocupação é o surgimento de pequenos focos de gafanhotos e tartarugas (percevejos-verde) nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina e São Miguel. Nas ilhas do Fogo e do Maio regista-se também o mesmo tipo de pragas.

E para travar o alastramento das pragas, os agricultores e técnicos do Ministério da Agricultura (MAA) já estão no



Fernando Andrade



Percevejos verdes

terreno a fazer o combate, contando também com amigos naturais nomeadamente chuva regular.

Situação estável

Na Várzea de Santana, no concelho de São Lourenço dos Órgãos, semanas atrás, os agricultores estavam aflitos com a invasão das tartarugas. Em conversa com o A NAÇÃO, o agricultor Ângelo Freire explicou, entretanto, que a situação já normalizou, graças à queda das chuvas registadas durante o mês de Agosto.

“Tivemos muito tempo a pedir uma intervenção do ministério da no sentido de ajudar-nos a combater as tartarugas que estavam a atacar as plantas, sobretudo as hortaliças e fruteiras, mas não fizeram nada. Felizmente, graças às chuvas, as pragas desapareceram. Neste momento, registamos pequenos focos de lagartas-do-cartucho do milho, mas a delegação do MAA já nos disponibilizou os remédios e as bombas e estamos a fazer o tratamento”, avança.

Por sua vez, Fernando Garcia “Pina” diz que este ano,

“graças a Deus”, no perímetro das Canárias, ainda não foi registado nenhuma praga. “Como tivemos praticamente três anos de seca sem cultivar as pragas também desapareceram. Por vezes, há males que vêm por bem”, sublinha. Contudo, “Pina” diz ter conhecimento de focos de tartarugas e lesmas em outros pontos do concelho.

Receitas natural

O experiente “Pina” revela que descobriu uma forma simples e saudável de combater as tartarugas e a lesma sem usar produtos químicos, muitas vezes tóxicos. No caso das tartarugas, aconselha os outros agricultores usarem fogueiras.

“A luz e o lume, à noite, atraem as tartarugas e outros insectos. Então, os agricultores podem colocar pequenos fogos dentro das suas propriedades à noite e estes atraem as tartarugas que, ao cair no lume, acabam por morrer”.

E, no que tange a lesma, que ataca principalmente tubérculos e cultivos de morangos, “Pina” aconselha o uso de cerveja. “Os agricultores arran-

jam um recipiente largo que leva um litro de cerveja ou mais e cavar um buraco e enterrar. A cerveja atrai a lesma e ao cair no recipiente a bebida morre”, explica.

Situação em outros pontos de Santiago

Em São Domingos, particularmente nas localidades de Fontes Almeida e Loura, os agricultores estão preocupados com o surgimento do primeiro foco de gafanhotos, e temem que essa praga possa colocar em risco a cultura do milho.

No concelho de Ribeira Grande de Santiago, mais concretamente em João Varela, foram identificados focos de gafanhotos, assim como na zona de Achada Grande, no município de Santa Catarina, e em Renque Purga e Monte Negro, ambas no concelho de Santa Cruz. Em São Miguel foi registada a presença de tartarugas.

Outras ilhas

No Maio os técnicos do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) estão no terreno

a dar combate aos gafanhotos, que surgiram logo após as primeiras chuvas.

A delegada do MAA, Teresa Silva, diz que logo que tiveram conhecimento dos primeiros focos de gafanhotos, os técnicos saíram ao terreno para fazerem a prospecção.

“Estamos a fazer o combate, tanto no nas zonas florestais, como nos campos da pastagem e nas parcelas agrícolas”, destacou, realçando que já trataram cerca de 38 hectares de terreno, com pesticidas biológicos e químicos, com “efeitos positivos”.

A mesma fonte adiantou que as chuvas caídas na madrugada do dia 26, com muita intensidade, contribuíram, também, para matar uma boa quantidade de gafanhotos.

“Nas parcelas agrícolas estamos a trabalhar em parceria com os agricultores. Colocamos iscos envenenados em pontos estratégicos e depois os técnicos fazem o acompanhamento. Nos campos de pastagem, nas zonas florestais, utilizamos pesticidas biológicos e químicos que não colocam em risco a saúde animal”, garante.

Fogo

Na ilha do Fogo, em Chã das Caldeiras, foram também registados focos de tartarugas, nos cultivos de congo e fruteiras. Os agricultores com ajuda dos técnicos da MAA estão no terreno a dar combate sem trégua.

DGASP no terreno

Contactado pelo A NAÇÃO, o coordenador do Programa Fitosanitário do MAA, Celestino Tavares, confirma a existência de focos de pragas nos concelhos referenciados acima.

Aquele responsável assegura que os técnicos de MAA estão no terreno a auxiliar os agricultores com equipamentos e produtos de combate às pragas.

De salientar que este ano, apesar do cenário apontar para um bom ano agrícola, uma vez que até aqui tem chovido regularmente e existência de pouca praga, a produção pode não ser em grande escala. Isto porque muitas parcelas agrícolas correm risco de ficar ao abandono por falta de mão-de-obra. O que é de lamentar depois de vários anos de seca.



Jorge Carlos Fonseca “impressionado” com potencial turístico e agrícola de São Domingos



Jorge Carlos Fonseca

O Presidente da República (PR), Jorge Carlos Fonseca (JCF), mostrou-se “impressionado” com as potencialidades turísticas e agrícolas do concelho de São Domingos. No entanto, durante a visita efectuada, terça-feira, 31, a diversas zonas do Município, o chefe de Estado diz ter constatado que o problema de acesso à água é um dos principais entraves ao desenvolvimento local.

Míriam Pires

Depois de ter visitado as zonas de Ruiz Vaz, Água de Gato, Fontes Almeida, Baía de Alcatrazes e Vale da Custa, o Chefe de Estado elogiou o Concelho de São Domingos e disse sentir-se “impressionado” com as suas potencialidades agrícolas e turísticas. Porém, realçou que o problema de acesso à água, que o Município já

vem enfrentado há muito tempo, é um dos principais entraves para o desenvolvimento local.

“Na minha opinião, este é um dos concelhos mais lindos do país, mas é preciso criar condições para a exploração do turismo, porque é um concelho que tem problemas muito importantes por resolver. Há aqui um grave problema de

acesso à água para o consumo, para além das actividades produtivas.

Défice de cerca de 400 metros cúbicos de água

Segundo disse-me o presidente da Câmara Municipal de São Domingos, há um défice de quase 400 metros cúbicos



São Domingos

bicos de água. Portanto, aqui tem que haver uma articulação precisa e forte do poder central e do poder municipal, para se tentar resolver esse problema da água”, defendeu o chefe de Estado

Além da falta de água, JCF aponta outros problemas centrais deste município que, na sua óptica, também merecem atenção. Entre eles, a pobreza e a habitação, um desafio a nível nacional.

“São Domingos merece maior atenção por parte do Governo para que se crie as condições mínimas para que o concelho possa potenciar as grandes potencialidades que tem, digamos, na agricultura, na pecuária, no turismo, particularmente, no turismo interno e não só”, defendeu.

Durante a sua visita, o Presidente da República constatou ainda que há indicações de um bom ano agrícola o que considera ser uma “boa notícia”, uma satisfação e um alívio para todos e mostrou-se agradado com o plano sanitário do concelho.

75% da população vacinada

O Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, manifestou-se ainda sobre o plano sanitário do concelho que avaliou como “muito bom”.

“Se não me falha a memória, neste momento, o Município tem dois casos activos.

O processo de vacinação aqui está a decorrer bastante bem, estando 75% da população vacinada, que é um número muito bom”, reconhece.

O chefe de Estado afirma que o município tem condições de ultrapassar os 80% da população vacinada até ao final do ano.

Criar condições mínimas para atrair investimentos

Já o presidente da Câmara Municipal de São Domingos (CMSD), Isaías Varela, congratula-se com o interesse do PR pelo município e reitera que é necessário criar as condições mínimas em termos de infraestruturas para que se possa atrair investimentos e dinamizar o turismo interno e não só.

“É preciso criar as condições, com base numa parceria entre o Governo e o Município, e, também, o sector privado, para que tenhamos infraestruturas e água, que é fundamental para gerar oportunidades de emprego e rendimento para que as famílias se fixem e criem, cada vez mais, condições para o desenvolvimento do município”, afirma.

Segundo o Presidente da CMSD, neste momento, a prioridade é trabalhar junto com o poder central na mobilização de água para o consumo da população e para a agricultura. Assim, Isaías Varela adiantou que a empresa Águas de San-

tiago (AdS) já está a fazer um investimento nesse sentido.

“A nível da empresa AdS há um investimento no melhoramento da unidade de produção de água e da adução e ligação de água, sobretudo, para as zonas altas. Agora, é preciso aumentar a capacidade de produção, e espero que, nos próximos tempos, isso se concretize. Sem água, o turismo não poderá ser desenvolvido”, alertou.

Nas palavras do edil, a questão do turismo passa, também, pelas parcerias entre o público e o privado.

“O público terá de criar as condições para que os privados também invistam. O público tem que mostrar o que existe e como podemos rentabilizá-lo”, concluiu.

De notar que, à sua chegada ao município, Jorge Carlos Fonseca foi recebido na Praça Ntoni Denti D’Oru, na Várzea da Igreja pelo Presidente da Câmara Municipal, Isaías Varela, e pela Presidente da Assembleia Municipal, Felismina Moniz, líderes das bancadas da Assembleia Municipal, acompanhados ainda pelos Vereadores.

Durante a sua estada em São Domingos, Jorge Carlos Fonseca, deslocou-se a Ruiz Vaz, Água de Gato e Fontes Almeida, localizadas na Freguesia de São Nicolau Tolentino, e às zonas de Baía de Alcatrazes e Vale da Costa, na Freguesia de Nossa Senhora da Luz. ☺

Isaías Varela faz balanço positivo da visita do PR

O presidente da Câmara Municipal de São Domingos (CMSD) faz uma avaliação positiva da visita do Presidente da República ao município, porquanto permitiu à CMSD partilhar com o mais alto magistrado da nação as suas preocupações e desafios sobre o desenvolvimento do concelho.

“Para nós foi importante esse diálogo com o Presidente da República, que também teve a oportunidade de ouvir os próprios munícipes. Isso é para nós muito reconfortante. Igualmente, essa visita permitiu ao PR constatar in loco algumas dificuldades e, também, as potencialidades do município. Considero que o balanço é bastante positivo”

Para o edil, os aspectos mais relevantes da visita, prendem-se sobretudo com o facto de ter sido uma oportunidade para dar a conhecer não só a diversidade de po-

tencialidades do município, mas também as dificuldades em termos de acessibilidade a algumas zonas e a falta de água para consumo e para a agricultura.

“Um dos aspectos importantes que posso destacar é a diversidade de potencialidades que o município possui e que, infelizmente, muitas pessoas não conhecem e têm dificuldade em desfrutar. Um outro aspecto é a própria constatação das dificuldades de acessibilidade que o município está a ter em relação a algumas localidades e a falta de água que tem prejudicado muito o processo de desenvolvimento do município”

O edil está optimista e expectante de que, depois dessa visita, o chefe de Estado usará a sua influência, nomeadamente no sentido de atrair investimentos que possam promover e contribuir para o desenvolvimento e São Domingos.



Isaías Varela

DESPORTO

Qualificação Mundial Basquetebol'2023

Cabo Verde com Mali, Uganda e Nigéria no Grupo A

GROUP A	GROUP B	GROUP C	GROUP D
 CPV	 SSD	 CIV	 KEN
 MLI	 CMR	 GUI	 SEN
 UGA	 TUN	 CAF	 EGY
 NGR	 RWA	 ANG	 COD

Cabo Verde vai defrontar o Mali, o Uganda e a Nigéria no Grupo A de qualificação para o Campeonato do Mundo de basquetebol de 2023, conforme o sorteio realizado esta terça-feira (31) na Suíça.

O nacional cabo-verdiano fará a sua estreia na prova no próximo dia 26 de Novembro com a Nigéria, no dia seguinte defronta o Uganda e termina a sua parti-

cipação nesta primeira ronda no dia 28 diante do Mali.

A segunda volta das eliminatórias acontece no verão de 2022. A selecção nacional irá defrontar a Nigéria a 1 de julho, o Uganda no dia 2 e fecha a primeira fase eliminatória com o Mali a 3 de Julho.

Segundo o regulamento da competição, as três primeiras classificadas de cada grupo

avancam para a segunda ronda, a ser constituída por dois grupos de seis de selecções.

Nesta fase, os dois primeiros de cada grupo, mais o melhor terceiro classificado, apuram-se para o Campeonato do Mundo de Basquetebol, a ser disputado de forma tripartida entre nas Filipinas, no Japão e na Indonésia, de 25 de Agosto e 10 de Setembro de 2023. C/Infopress

Afrobasket'2021

Cabo Verde e Uganda defrontam-se nos quartos-de-final

Cabo Verde disputa com o Uganda, na tarde desta quinta-feira (2), nos quartos-de-final do Afrobasket'2021, na Arena de Kigali, no Ruanda.

As duas selecções vão discutir a passagem as meias-finais da competição após terem cumprido caminhadas distintas no torneio.

Recorde-se de Cabo Verde passou directamente aos quartos-de-final como o vencedor do Grupo A, com adversários como o Ruanda, Angola e R.D. Congo.

Os comandados de Mané Trovoada cimentaram a liderança do grupo com cinco pontos, fruto de duas vitórias, sobre Angola e o Ruanda, e uma

derrota pelo meio com a R.D Congo.

Já o Uganda (3.º no Grupo D) teve que disputar uma eliminatória com a detentora do título, a Nigéria (2.º no Grupo C), partida que teve lugar esta terça-feira (31), com os ugandeses a triunfarem por 80 – 68.

Os encontros dos quartos-de-final começam esta quarta-feira (1), com os jogos Angola x Senegal e Costa do Marfim x Guiné-Conacri.

Hoje, quinta-feira (2), medem forças a Tunísia e o Sudão do Sul às 12h00 e às 15h00 joga-se o Cabo Verde x Uganda.

CA



Ciclismo em Santo Antão Sul

Representantes no campeonato nacional recebem equipamentos do liceu António Silva Pinto

Os ciclistas que vão representar a região desportiva de Santo Antão/Sul no campeonato nacional da modalidade receberam uniformes doados pelo liceu António Silva Pinto, no concelho do Porto Novo.

Os uniformes ora recebidos serão utilizados pelos ciclistas Hernany da Luz, campeão regional, José Pinto, vice-campeão e Lucas Bronze, que representarão a ilha no campeonato

nacional de ciclismo que arranca no próximo dia 12 de Setembro, na cidade da Praia.

O gesto do liceu António Silva Pinto, em Ribeira das Patas, foi visto com muito bons olhos pela Associação Regional de Ciclismo de Santo Antão Sul, que lembra que uma das principais dificuldades dos praticantes do ciclismo naquela região é a falta de materiais.

CA



Futebol

Steven Fortes junta-se a Kenny Rocha no KV Oostende

O defensor central cabo-verdiano Steven Fortes é o mais recente reforço do KV Oostende, da Bélgica, por empréstimo do Racing Club de Lens.

O empréstimo foi confirmado, esta terça-feira (31), pelo clube que milita na Primeira Liga belga, o KV Oostende, oriundo do Lens, da primeira divisão francesa.

Nascido na França, Steven Fortes, de 29 anos, alinhou pelo

Racing Club de Lens na última época, mas teve ainda passagens por clubes como o Toulouse, o Le Harve, o Avignon, La Cayolle e pelo Air Bel.

No KV Oostende, o defensor central internacional cabo-verdiano vai encontrar outro "Tubarão Azul", o médio Kenny Rocha, que está na convocatória da selecção nacional para os jogos de qualificação do Mundial do Qatar 2022. CA, C/Criolosports



“Sambala Village entra em obras de manutenção para reabrir as portas”

Administrador da Insolvência lembra que “a sentença ainda não transitou em julgado”*

Alino Tavares Centeio vem por este meio e na qualidade de Administrador Judicial com poderes exclusivos para a administração do património da SAMBALA VILLAGE, SOCIEDADE UNIPESSOAL proprietária da Resort Sambala, prestar os seguintes esclarecimentos sobre as declarações proferidas na media nos dias 17 e 18 do corrente mês, face à preocupação manifestada por outros credores, nomeadamente os bancos comerciais cujos créditos beneficiam de garantia real e por isso graduados preferencialmente em relação a outros credores.

O ora signatário foi nomeado administrador da Insolvência da Sambala Investimentos por sentença de Agosto de 2020 proferida nos autos de acção especial (insolvência) nº 28/18 que corre trâmites no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

A sentença ainda não transitou em julgado, pelo que não assiste aos proprietários quaisquer direitos de venda, modificação ou acrescentamento de obras que põe em causa o perfil arquitetónico e paisagístico do empreendimento.

Internamente aguarda-se o agendamento do juiz para a audiência de discussão e julgamento que conduzirão à sentença de verificação e graduação dos créditos.

Face à pretensão do grupo de credores de avançar com a exploração turística do estabelecimento à revelia do processo de insolvência, passo a transcrever um parecer jurídico obtido a respeito, o qual foilhes oportunamente comunicado, através de seu representante Sr. Nicholas Iain Price Powell:

“A Sambala Village é um Estabelecimento Turístico, de utilidade pública cabo-verdiana, construída no âmbito de um Investimento Externo;

A exploração da actividade

deve respeitar a lei cabo-verdiana, nomeadamente os Estatutos do Investidor Externo e o Regime Jurídico dos Empreendimentos

Turísticos aprovados pelo Decreto-Lei nº 35/2014, de 17 de Julho;

Nos termos do artigo 39º do Decreto-Lei nº 35/14, de 17 de Julho “cada empreendimento turístico deve ser explorado por uma única entidade, responsável pelo seu integral funcionamento e nível de serviço e pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares”;

No presente caso, tendo em conta a legislação supracitada, a SAMBALA INVESTIMENTOS, S.A. assume-se como dona e entidade administrativa do conjunto turístico denominado Sambala Village, sendo por isso a única e exclusiva entidade com competência legal para administrar e explorar quaisquer actividades ligadas ao empreendimento Sambala Village nomeadamente actividades comerciais, de condomínio ou outras. Aliás,

Uma das condições de venda dos imóveis integrados no empreendimento Sambala Village foi precisamente a exclusividade atribuída a Sambala Investimentos, S.A., na administração e exploração de todas as actividades do empreendimento. Na verdade, A Sambala Investimentos S.A. estabeleceu com os clientes um «Acordo de Empreendimento Turístico para Infraestruturas Gerais, Equipamentos Comuns e Serviços de Manutenção, por um período de 30 anos...

Pelo acima exposto conclui-se que qualquer actividade desenvolvida pelos proprietários dos imóveis integrados no empreendimento Sambala Village, ou terceiros, é ilegal, porque viola tanto o artigo 39º do Decreto-Lei nº 35/14 sobre Gestão de Empreendimentos Turísticos, que con-

fere essa gestão a uma única entidade (no caso a Sambala Investimentos, S.A. sempre assumiu-se como dona e gestora do empreendimento Sambala Village), como também viola o próprio acordo celebrado entre o empreendimento Sambala Village e esses proprietários,

que os proíbe de desenvolver actividades comerciais, profissionais ou outras dentro do empreendimento.”

Esta é a minha posição, já comunicada oportunamente ao Tribunal, e prevalecerá até que o processo tenha novos desenvolvimentos.

Praia, 25/agosto/2021

O administrador do Sambala,
Dr. Vasco Miranda

*Título da responsabilidade da Redacção

Reposição da verdade

Exmo. Sr. Diretor do Jornal A NAÇÃO

Na sequência da vossa publicação na semana passada (19 de agosto), fui confrontada com uma publicação na rubrica Zig Zag, partilhada na minha página pessoal do facebook, referente à comemoração do aniversário da minha cadela, com fotografias dos meus filhos, sobrinhas e neto. Não obstante entender ser uma evasão da minha privacidade, optei por ignorar, por entender que o assunto não

merecia resposta.

Espanta-me que esta semana (26 de agosto) publicaram na mesma rubrica, uma resposta dirigida ao vosso jornal, em meu nome, sem que eu o tivesse feito, como se tratasse de uma publicação minha nas redes sociais.

Interpreto como sendo uma postura pouco ética e responsável, da parte de um jornal credível como o vosso, pelo que agradecia a reposição da verdade.

Com os melhores cumprimentos,

Zaida Morais de Freitas

Zaida Morais de Freitas

Nota da Redacção

Realmente, recebemos a informação como se fosse uma reacção da pessoa visada à nota de 19 de Agosto, Zaida Freitas. Diante da reclamação, e averiguados os factos, o ZIG conclui que se tratou de uma manipulação, oriunda, ainda por cima, de um perfil falso. Fazendo e aprendendo. À pessoa visada e aos nossos leitores, as nossas desculpas pelo transtorno.



Redy Wilson Lima

“Es li e nha palasiu”: notas sobre a Iniciativa Outros Bairros – Alto Bomba, Mindelo

A iniciativa Outros Bairros (IOB) é uma experiência piloto de reabilitação de zonas autoconstruídas a partir de uma pesquisa-ação centrada no bairro de Alto Bomba, no Mindelo que, na perspetiva dos seus promotores, representa um primeiro passo para a reflexão sobre uma possível intervenção pública de maior escala com possibilidade de implementação nas restantes cidades. Financiado totalmente pelo Governo de Cabo Verde, no âmbito do PRRA, o bairro vive atualmente momentos de incertezas, na medida em não há garantias da sua continuidade e consolidação, ao contrário dos Grandes Projetos Urbanos mais encarecidos e falhados como são os Grandes Conjuntos Habitacionais – Casa Para Todos – que, a meu ver, podem perfeitamente ser complementares.

O bairro de Alto Bomba nasce do transbordamento do bairro de Monte Sossego, cuja projeção no plano urbanístico dos anos de 1960 como célula habitacional 2 não evitou a forte pressão populacional proveniente da migração rural santantonense, desencadeada pela fuga do campo na decorrência das fomes que marcaram o arquipélago entre os anos de 1940 e 1960. Esta realidade criou um perfil urbanístico (informal) e demográfico (rural) estigmatizado do bairro, que teve contato pela primeira vez em 2019, enquadrado numa pesquisa sobre os movimentos sociais urbanos, num período em que se estava a preparar a implementação da IOB. Era visível o contraste urbanístico do bairro quando comparado com Monte Sossego ou outros bairros consolidados ou em processo de consolidação da fralda mindelense. Apesar da população com quem comecei a desenvolver as minhas primeiras relações no território tinha orgulho da cultura do bairro, sentiam-se algum mal-estar pela representação que os moradores dos territórios considerados centrais da cidade tinham do bairro, mesmo sem que lá tivessem estado.

Voltei ao bairro em março de 2020 e em conversa com rappers locais observei a fragmentação do bairro entre cima e baixo, uma situação típica do contexto urbano cabo-verdiano, visto que os bairros, especialmente os considerados periféricos, foram ocupados a partir de uma dinâmica familiar ou

de afinidade, em momentos históricos e em conjunturas sociopolíticas diferenciadas. Segundo estes jovens, esta situação impedia a construção de uma consciência sociopolítica e identitária que, como consequência, bloqueava possibilidades de mobilização por causas comuns como o direito à cidade.

A abordagem colaborativa implementada pela IOB e a ideia de trabalhar sem planificação, pelo menos na forma como ela é pensada nas escolas clássicas da arquitetura e urbanismo, em que a urbanização foi tomada como um processo, permitiu a identificação de micro-espacos de sociabilidades que abriu possibilidades para a organização de conversas de grupo autorreflexivas sobre o bairro, a cidade, o país e sobre as lutas transnacionais pelo direito à terra, dignidade humana e o direito à cidade e à habitação. Foi neste contexto que comecei a colaborar com a IOB através da coordenação da residência artística do hip-hop Kubaka. O hip-hop, pensado simultaneamente como cultura e movimento, foi utilizada como uma ferramenta de consciencialização social, política e identitária, bem como uma estratégia a partir da qual se procurou trabalhar a unidade e o djunta-mon entre os vários coletivos territorializados no bairro.

A residência realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2020 coincidiu com os programas Dsinrascá e Amdjer na Obra e ambos tiveram um importante papel na consolidação da dinâmica social e juvenil à volta das estruturas urbanísticas criadas e na consciencialização para a necessidade de propor uma outra forma de liderança comunitária colaborativa protagonizada por jovens e mulheres que, segundo o INE, são simultaneamente a categoria populacional nacional mais vulnerável, dinâmica e participativa. Esta consciencialização consolidou-se recentemente com a provável descontinuidade da IOB, uma situação já decorrente em Cabo Verde nos bairros alvos de intervenções públicas. Isto porque há uma falta de cultura de institucionalização de intervenções baseadas numa cultura de projetos (com uma validade de dois a três anos) financiados pelos programas das agências de ajuda para o de-

envolvimento, que as tornam pontuais e pouco estruturantes, não mudando significativamente o bem-estar social e urbano do lugar, que são deixados ao abandono, especialmente quando não se prepara a sua saída ou ela acontece de forma abrupta.

Embora a IOB seja do Estado, por ser ainda percebido como uma intervenção piloto, não se ter institucionalizado enquanto política pública e ter ficado segregado ao bairro de Alto Bomba, impossibilitou a criação de uma dinâmica urbana entre os bairros inicialmente propostos (Fernando Pó e Covada da Bruxa) com vista à inclusão progressiva e simbólica da fralda na parte formal da cidade e a sua posterior multiplicação para outros contextos urbanos, desde que salvaguardando a história, trajetória e a cultura de cada lugar de intervenção.

É patente que a transformação comunitária e mudança de atitudes que tanto se fala só será alcançado a partir de uma política de emancipação destes bairros, algo conseguido em parte pelo IOB. Complementar este ganho passa pela necessidade de promover a apropriação da mesma pelos coletivos promovidos pelo IOB e isto se consegue, por exemplo, com o aproveitamento de equipamentos abandonados no próprio bairro. A necessidade da ocupação da Sentina abandonada pela CMSV e a sua transformação num Centro Comunitário depois de algumas intervenções arquitetónicas no espaço surge nas conversas promovidas pelo Kubaka, o que garantia a continuidade do espírito implementado pela IOB e a sua apropriação comunitária.

Por outro lado, é de salientar que alguns estudos realizados nas ilhas têm chamado a atenção para a proliferação de casos de frustração e ressentimento, associados a ansiedade e depressão, sobretudo nas camadas juvenis e nas mulheres, resultado da má gestão de expectativas desta camada populacional. No caso de Alto Bomba, é evidente que o desfasamento entre o prometido e o realizado tem gerado algum stress, além de indiciar o aumento do sentimento de descrença no sistema político e na vontade política em desenvolver políticas públicas inclusivas e impactantes.

É preciso ter em conta que atual-

mente o país encontra-se no segundo momento da transição urbana. Isto é, que se no primeiro momento os movimentos do campo para a cidade expressavam uma busca do camponês de estar na cidade, como forma de fuga à realidade rural ou devido à atratividade urbana, atualmente, ao se instalar na cidade, a busca passa pela sua apropriação, aproveitando as condições que lhes são próprias e que lhes permite viver plenamente. Como nos disse uma entrevistada numa das casas de tambor do bairro, “ali em baixo eles tem o seu palácio. Aqui nós temos o nosso e este é o meu palácio... Só preciso de um documento de legalização já prometido pela CMSV para o poder transformar numa casa de bloco tal e qual lá em baixo”. Esta situação, observada noutras moradoras demonstram que apesar de se considerar este espaço informal e estas casas “clandestinas”, elas foram formalizadas a partir do momento em que pagaram serviços básicos, como por exemplo a eletricidade. Na verdade, os recibos destes serviços provam essa formalização e deveriam ser tomados como um dos possíveis critérios da sua legalização, em vez da promoção de uma política de demolições fora do calendário eleitoral, contrárias às políticas urbanas de inclusão aconselhadas pelo HABITAT III. São famílias encabeçadas por mulheres cujo único crime foi ter respondido de forma criativa a ausência parcial e por vezes total do Estado (municipal e central).

Como forma de conclusão, diria que a IOB, além da infraestruturização já feita, que trouxe uma outra visibilidade pública e nível de bem-estar do bairro, deverá ser continuado com a mesma abordagem que tem sido seguido até então e ser institucionalizado como uma política pública nacional. Esta opção reforça a solidariedade e coesão comunitária, algo que não tem acontecido com a política de Casa Para Todos, renomeada de Plano Nacional de Habitação, que na maioria dos casos tem desencadeado fragmentação dos bairros onde foram instalados, criando subzonas diferenciadas e conflitos entre grupos de residentes. Não fazer isso, além de falta de visão e vontade política, denota um total desconhecimento da dinâmica urbana arquipelágica.

“Alguns estudos realizados nas ilhas têm chamado a atenção para a proliferação de casos de frustração e ressentimento, associados a ansiedade e depressão, sobretudo nas camadas juvenis e nas mulheres, resultado da má gestão de expectativas desta camada populacional”



Andorinhas...

Não é por esticar as asas que a andorinha deixa de responder pela caca que andou a espalhar antes de voar para o mundo dos “não presidenciáveis”. Não será de todo mau que Péricles Tavares seja chamado a responder pela sua acusação de que alguns dos candidatos ao Palácio do Platô têm outra nacionalidade que não a cabo-verdiana, acusação que estende, principalmente, a Jorge Carlos Fonseca. Que prove o que disse e todos haveremos de ganhar com isso, a começar pela nossa democracia.



Confundir papeis

O que ZIG não percebe nessa celeuma é o que tem a Primeira Dama a ver com o problema levantado por Péricles Tavares, ao seu querido consorte a caminhar para o fim de reinado presidencial. Se o problema diz respeito ao Chefe de Estado devia ser a Presidência da República a tratar da queixa junto do Tribunal, e se o assunto tem a ver com o cidadão Jorge Carlos Fonseca, mesmo que o seu representante legal seja a advogada Lígia Fonseca, não devia a Presidência da República convocar a imprensa para as declarações da advogada em questão, não é mesmo verdade?... Realmente, anda muita gente a quer dar cabo do nosso querido país. Começa por aqueles que, à frente ou não do computador, pensam que Cabo Verde começa e termina neles. Não, não pode ser verdade!...

Artefactos

No passado dia 27, sexta-feira, o MCIC informou que recebeu cidadão Manuel Varela, presidente da Associação SOS Racismo da França, acompanhado da Sra. Joaquina Almeida (suposta líder da UNTC-CS), para saber dele como tem essa associação vindo “a acompanhar o debate e o processo sobre a devolução de artefactos culturais obtidos durante o período colonial (final do XIX até 1960), lançado pelo presidente da França, Emmanuel Macron, em 2018”. Nesta audiência, segundo a mesma informação, o nosso conterrâneo “Manuel Varela transmitiu ao governante (Abraão Vicente) como tem sido todo este processo e a forma como vem sendo encarada em França”.



Patacoada

Como o mundo é pequeno, ZIG lá acabou por saber que o Presidente da SOS Racismo França é Dominique Sopo e não Manuel Varela. Quando muito, Varela será membro dessa ONG. Além disso, se o MCIC quer saber da política do Estado francês sobre a devolução dos “artefactos” que andou a pilhar e a colher nas suas andanças coloniais por que não se reuniu com o Embaixador da França, na cidade da Praia, representante legítimo do seu país em Cabo Verde? Já agora, o que tem a ver Joaquina Almeida com “o debate e o processo sobre a devolução de artefactos culturais obtidos durante o período colonial (final do XIX até 1960), lançado pelo presidente da França, Emmanuel Macron, em 2018?” Como diria a outra, quando é que arrebentaram com este país e ninguém deu por isso? É cada patacoada!

Canetada

A nova Directora Nacional da Administração Pública, Sofia Lima, tem congelados os pedidos de aposentação dos funcionários públicos, negando assinar, por enquanto, qualquer pedido de contagem de serviço. Um grande número de visados, com pedidos pendentes, já devidamente elaborados pelos técnicos, da DNAP, aguardam pela sua “canetada” há mais de dois meses. Ao que consta a nova DNAP não assina os pedidos por alegada falta de tempo. Está a organizar assuntos pendentes do seu escritório de advocacia.

Poderoso

ZIG está se sentindo poderoso e motivado. Dias após ter denunciado o caso de autonomação de Lisa Vaz com Directora Geral das Alfândegas, em acumulação com o cargo de Directora Nacional de Receitas do Estado, o Governo resolveu corrigir a mão, escolhendo um novo titular para esse cargo. A nomeação de Osvaldo Rocha ainda não saiu no BO, mas os funcionários das Alfândegas já tomaram conhecimento através de uma comunicação interna. Vale a pena estar de olhos arregalados. O país é de todos os Cabo-verdianos e não da meia dúzia que, às vezes, o desgoverna.

Caixa de fósforos

Como acontece de vez em quando, sempre que criminalidade recrudescer na Praia, a PN e a PJ saem em acções musculadas pelos bairros “mais problemáticos”, numa caça a tudo que venha à rede, para depois mostrar ao país, de preferência, através da televisão. O ZIG ficou especialmente surpreso, quando, na lista de apreensões, além das habituais “boka bedju”, tacos de cannabis, ou armas brancas, apareceu na lista da recolha “caixas de fósforos”... Se a moda pega, daqui a nada o melhor mesmo é usar só isqueiro para as coisas do dia a dia...

Presidenciais

As presidenciais prosseguem no seu ritmo normal, por enquanto nas redes sociais, com Kalu e Zema, a não darem tréguas um ao outro. Depois de ver o concorrente a mostrar as obras que realizou enquanto PM, Carlos Veiga resolveu fazer o mesmo, querendo levar para a casa a Taça de Maior Betoneiro de Cabo Verde. Um outro momento de antologia é ver os dois candidatos transformados em guias turísticos, para mostrar as “maravilhas” do nosso Querido País... Se os outros candidatos não acordarem ainda ficam sem um “like”..



Biografias

Em 2009, a pensar na Presidência da República de 2011, Carlos Veiga teve a sua biografia escrita pelo jornalista português Nuno Manalvo... Agora, em 2021, para não lhe ficar atrás, José Maria Neves tem para sair a sua biografia, “Por Cabo Verde”, escrita por José Sousa Dias, antigo delegado da Lusa na cidade da Praia. A solução é Kalu mandar fazer rapidamente uma nova edição de “Carlos Veiga, O rosto da mudança em Cabo Verde”, antes que o povo fique sem leitura eleitoral.



Serviço
Roaming

**Onde quer que vá,
a CVMóvel viaja consigo.**

agora com
**Tarifário
mais barato**

Desfrute das suas
viagens com o serviço
roaming da CVMóvel.

Para ativar envie
sms para **2244.**

*Consulte o tarifário e use
o seu número CVMóvel
sempre que viajar.*





Etc.

O Legado de Orlando Pantera

SOCIEDADE

Darlene Barreto vai criar Fundação Orlando Pantera para cuidar do legado do pai



Orlando Pantera

Darlene Barreto, filha de Orlando Pantera, tem em curso a criação de uma fundação com o nome desse músico, falecido há vinte anos, mas cujas composições perduram ainda hoje entre os cabo-verdianos. Para isto, espera contar com o apoio de todos que, de uma forma ou de outra, poderão contribuir para que o legado do autor de Lpidu na bô, Tunuca e várias outras criações musicais não morra.

Romice Monteiro

Darlene Barreto, 26 anos, é filha única de Orlando Pantera. Ao fim de vinte anos da morte do pai, decidiu concretizar o sonho de uma entidade privada, de direito público, a Fundação Orlando Pantera. Com sede na cidade da Praia, a ideia, como contou ao A NAÇÃO, é cuidar do legado deixado por esse artista, falecido prematuramente em Março de 2001, aos 34 anos.

Esse legado está representado sobretudo nas composições que escreveu e algumas gravações que deixou, à espera ainda hoje de ganharem vida própria. Isto porque quando se prepa-

rava, precisamente, para entrar nos estúdios, Pantera morreu, causando grande consternação entre os amigos e admiradores.

“Quando o meu pai faleceu eu tinha seis anos, e tudo o que sei dele foi-me contado pela minha mãe e outros familiares mais próximos. Quando fui estudar em Portugal, deparei-me com pessoas e admiradores que conheceram e que conviveram com ele. Ouvi muitas histórias, de como ele era, como artista, como ser humano, além de outras boas lembranças que foram despertando em mim, cada vez mais, interesse em saber mais sobre quem foi Orlando Pante-

ra”.

Consciente do valor do pai, e já formada em marketing digital, Darlene diz que acabou por encontrar a solução para as suas inquietações relativas ao que fazer ao legado do pai.

“Decidi que tinha que criar uma entidade, instituto, fundação ou algo parecido, para trabalhar na pesquisa e recolha de tudo o que o meu pai nos legou, dando também a oportunidade de outras pessoas e admiradores do Pantera lhe conhecerem melhor”, explica.



Entre as ideias em forja, diz a nossa entrevistada, consta o lançamento de um álbum de Pantera, ideia também antiga, além de um documentário que engloba tudo sobre a vida e a obra daquele que é tido como um dos músicos mais promissores da sua geração, a “Geração Pantera”.

“Temos também uma vertente muito importante que é abordar o trabalho social que o meu pai fazia, enquanto técnico do antigo Instituto Cabo-verdiano do Menor (ICM), hoje ICCA. Durante essa fase, ele ajudou muitas crianças e muitos adolescentes a encontrarem o seu caminho. Por exemplo, o falecido Vadú foi aluno do meu pai no Centro Juvenil dos Picos”.

É sabido que nas suas aulas, como técnico do ICM, Orlando Pantera usava a música para captivar a atenção e o entusiasmo dos seus alunos. Além da Vadú, um outro nome é o cantor e compositor Bob Mascarenhas, da Aldeia SOS da Assomada, Santa Catarina.

O Caminho

Darlene Barreto sabe que muitas das ideias que tem, a começar pela Fundação Orlando Pantera, não serão fáceis de concretizar, mas que, mesmo assim, se sente motivada a trilhar o ca-

minho que tem pela frente.

Neste processo, de entre as primeiras iniciativas, consta o lançamento da marca “Orlando Pantera”, através do vestuário e objectos, uma forma de a fundação divulgar o nome do seu patrono, a partir das composições, criadas pelo artista plástico Helder Cardoso (ver caixa).

“Neste momento”, afirma Darlene, “fiscalmente existimos, incluindo o estatuto e a definição dos órgãos da Fundação, mas ainda não temos o valor de mil contos que é o exigido para termos uma conta bancária, como manda a lei, para organismos do tipo”.

Para resolver esta questão financeira, Darlene diz que ela e os seus colaboradores estão focados em projectos de angariação de fundos. Foi assim que, no passado sábado, 28 de Agosto, teve lugar um concerto benéfico no Auditório Nacional, na Praia, que, segundo a mesma, deu um grande contributo.


“Além dos bilhetes, conseguimos arrecadar 180 mil escudos no leilão das duas obras doadas por Helder Cardoso e Sydney Cerqueira, e estamos a fazer balanço, tendo em conta os bilhetes vendidos, as obras leiloadas, as doações feitas através da campanha de crowdfunding e as peças de merchandise que fo-

ram vendidas no hall de entrada do Auditório Nacional, para podermos saber qual o ponto de situação até agora”, explicou.

Lado humano

“O meu pai era uma pessoa bastante humilde, algo que acredito ter herdado dele. Fico feliz em saber que ele era mesmo o homem do povo, que não tinha maldade no coração. É assim que as pessoas lhe descrevem, de forma unânime. Acredito que não é só por eu ser filha dele que me falam dele nesses termos”.

Neste sentido, a Fundação deseja também trazer o “lado humano” de Orlando Pantera. A pensar nesse aspecto, a Fundação conta trabalhar a arte e a cultura principalmente para as crianças mais desfavorecidas.

“Queremos trabalhar com crianças que não têm possibilidade financeira de participar, por exemplo, de uma colónia de férias para aprender a arte, entre outras coisas. Também serão o nosso foco as crianças de rua na mesma perspectiva daquilo que o meu pai fazia, usar a arte como opção, para salvar os mais vulneráveis”, diz Darlene que, assim como Pantera, pretende dar às crianças, através da fundação, “a oportunidade de escolherem a arte como caminho”. 

Sede na Achada São Filipe

Durante algum tempo, o espaço físico ou a sede administrativa da Fundação Orlando Pantera vai situar-se na Achada São Filipe, um imóvel da família, a precisar de obras e mobiliário para funcionar adequadamente.

Dentro da fundação, Darlene Barreto diz que tem vários pro-

jectos em preparação, um dos quais a criação de um Museu Orlando Pantera. “Isso vai nos exigir a recolha e o tratamento do acervo que ele deixou e muito mais. É um trabalho que temos a noção de que não será fácil, mas estamos abertos para receber apoios de todos”, diz.

Hélder Cardoso, criador da linha Pantera

“Abrazei a causa por me identificar muito com o Pantera”

Além de criar a marca do Orlando Pantera, a partir do nome das suas composições, o artista plástico Hélder Cardoso abraçou a ideia de uma Fundação dedicada a essa figura da música cabo-verdiana.

Natural de Santa Cruz, para este artista plástico, por tudo que representa, Orlando Pantera é uma fonte inesgotável de ins-

piração. “Foi na pandemia que Darlene entrou em contacto comigo e me propôs este desafio que aceitei de bom grado; sempre gostei de enaltecer os artistas da nossa terra, além disso, sou admirador do Pantera. Neste processo todo passei a conhecer melhor o Orlando Pantera e com isso passei a admirá-lo mais ainda”, conclui.

Na companhia de Madonna

Questionada se não transporta consigo o DNA artístico de Orlando Pantera, a jovem Darlene Barreto revela que canta de vez em quando. Mas, por agora, está focada na missão de divulgar e enaltecer o trabalho desenvolvido pelo pai, muitos dos quais ficaram em aberto com a sua “partida” prematura era ela uma menina de seis anos.

Darlene integrou o grupo de batuqueiras que actuaram e gravaram com Madonna, inclusive era coordenadora do grupo, levando a vários lugares do mundo essa forma de expressão cultu-

ral de Cabo Verde ao lado da “estrela” norte-americana, digressão essa que teve que ser interrompida devido à covid-19.

“Essa é uma experiência que carrego com muito carinho, porque acredito que, de certa forma, está ligada ao trabalho de Orlando Pantera, porque o batuque é um dos géneros que ele mais trabalhou. Da minha parte, através de mim, era como se eu estivesse a levar o batuque pelo mundo, ainda por cima ao lado de uma estrela internacional da dimensão de Madonna”, termina.



SOCIEDADE

Boa Vista

250 famílias desalojadas no Bairro de Boa Esperança aguardam resposta do Governo

Continuam à espera de uma resposta do Governo, as cerca de 250 famílias do Bairro da Boa Esperança, na Boa Vista, que viram as suas casas serem fustigadas pelas chuvas de 18 de Agosto, passado. Na altura, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva disse que o Governo já estava a avaliar a situação para apresentar soluções. Mas, segundo a Câmara, até agora, nada. Por isso, estão a avançar com planos provisórios.

A redacção



Dois dias após a queda das primeiras chuvas (18 de agosto) que causaram danos nas residências de 250 famílias do bairro da Boa Esperança, estragos em casas no centro da cidade de Sal Rei e noutros povoados da ilha da Boa Vista, o primeiro ministro Ulisses Correia e Silva disse que o Governo já estava a avaliar a situação para apresentar soluções. No entanto, segundo a autarquia local, ainda não há respostas, pelo que estão a avançar com planos provisórios de re-alojamentos.

O cenário foi considerado de “muito triste e calamitoso” pelos os boavistenses e a própria autarquia solicitou de imediato apoios

do Governo. Dadas as inúmeras solicitações de apoio por parte das famílias, e dada a escassez de recursos por parte da Câmara Municipal para ajudá-las, a autarquia enviou um relatório com os dados das famílias afetadas ao Ministério da Família, tendo solicitado auxílio com materiais para minimizar os estragos nas casas. Porém, a edilidade diz que ainda aguarda um posicionamento do ministério.

Segundo a responsável pelos pelouros de Acção Social e Solidariedade da Câmara Municipal da Boa Vista, Fabienne Oliveira, a Câmara solicitou ainda o apoio ao Ministério do Ordenamento do Território para disponibilização de

moradias para, em caso de outras chuvas de forte intensidade, se ter um plano para realojar as famílias, dado que a situação não é nova e tem vindo “a fragilizar os agregados”, principalmente do bairro da Boa Esperança.

“Já temos identificado o espaço para o efeito em caso de uma urgência e emergência porque será utilizado para acolher as famílias de forma provisória, porque ali não tem condições para alojar a maioria, que poderá ficar com casas destruídas com novas chuvas”, disse a vereadora à Inforpress.

Fabiane Oliveira justificou este plano com a indisponibilidade da autarquia com as casas do Proje-


to Casa Para Todos, e outro tipo de moradias de habitação social, em seu poder, para realojar as famílias. Caso houvesse, certificou que muitas delas seriam realojadas.

Situação “mais normalizada”

A mesma diz que, agora, “de momento”, a situação está “mais normalizada”, isto porque a edilidade beneficiou algumas famílias com materiais para proteção e cobertura dos tetos das residências, ao mesmo tempo que se procedeu à limpeza das enxurradas, “com parte de apoio” do Ministério do Ambiente.

No entanto, voltou a insistir

que esta estratégia será de carácter provisório e que irá colmatar a situação, mas reiterou o apelo ao Governo para se reunir com a câmara, para que juntos encontrem a melhor forma de minimizar a situação.

O mesmo apelo, indicou, vai no sentido de o poder central ajudar a autarquia a financiar a reabilitação de outras moradias da ilha da Boa Vista, tendo em conta “os vários pedidos”, inclusive para reabilitação de casas noutras zonas da cidade e no interior, onde, em novas averiguações no terreno, se constatou que os problemas habitacionais poderão agravar-se com novas chuvas. 

São Salvador do Mundo

Moradores de Pico Vermelho e Pata Brava exigem calcetamento das vias de acesso

Os moradores de Pico Vermelho e Pata Brava, em São Salvador do Mundo, interior de Santiago, pedem melhorias nas condições de acesso a estas localidades e mostram-se preocupados com as chuvas que danificam cada vez mais as estradas. Senão for asfalto, ao menos que seja calçeta.

Para a moradora Maria Fernandes, o problema de acessibilidade à sua localidade, Pico Vermelho, é preocupante, em especial nesta época de chuvas. A mesma aponta o dedo às autoridades que iniciaram obras nas vias de acesso e que não as chegaram a concluir.

“É um problema grave porque apenas abriram a estrada e a abandonaram, sem nenhum trabalho. Quando chove fica impossível qualquer transição de viaturas, o que nos preocupa, por isso, pedimos intervenção”, afirmou Fernandes em entrevista à RCV.

Boaventura Furtado, um outro morador, afirma que, inicialmente, havia um projeto de melhoria da estrada nessas localidades, mas que este acabou por ser mudado para a localidade de Pó Verde, acabando por não haver intervenção nessas localidades.

Também os condutores que fazem o

percurso entre estas duas localidades de São Salvador do Mundo, diariamente, manifestam-se preocupados com a situação. Estes chamam a atenção, sobretudo para o arranque do ano lectivo que já se avizinha e que, com o cair das chuvas, pode colocar em perigo a segurança dos estudantes, mas também de outras pessoas que fazem este percurso.

Preocupados, apelam às autoridades competentes que, se não for possível colocar asfalto, que, pelo menos, calcetem a estrada como estava antes, de forma a evitar problemas mais tarde.



Madruz

Jovem cria banda desenhada que resgata figuras do folclore nacional

Flávio Neves deu início, em Abril último, à produção de uma banda desenhada, intitulada “Madruz”, baseada em factos relacionados com o universo do folclore nacional.

“A produção levou cerca de quatro meses, mas a ideia há muito que vinha sendo pensada. Fazer uma banda desenhada implica muita mestria com desenhos, sem esquecer o roteiro. A maior parte do tempo que levei a produzir ‘Madruz’ tem a ver com o roteiro”, diz Flávio Neves.

Paixão pelas bandas desenhadas

A ideia, segundo conta, surgiu do facto de uma das suas paixões ser o universo das bandas desenhadas. Porque também gosta dos mitos e fantasias da cultura crioula, Flávio decidiu juntar o útil ao agradável.

“O nome ‘Madruz’ deriva de uma gíria muito usada pelos jovens que significa madruga-da. É o primeiro trabalho ‘pronto’, pois, por várias vezes, tentei produzir um trabalho desta natureza, mas sempre acabei por interromper, por algum motivo, principalmente roteiro. Não sou muito bom na escrita”, explica.

“Madruz” é um teste feito por este criativo, pois, conforme relata, não sabia ao certo qual seria a reacção do público à 9a arte. “Mostrei as primeiras páginas a algumas pessoas e o feedback foi positivo. Portanto, resolvi seguir em frente”.

Todas as ilustrações desta banda desenhada são da autoria de Flávio Neves, desde personagens, aos cenários. O rotei-



Flávio Neves é autor de uma banda desenhada, em formato digital, que pretende resgatar algumas das figuras míticas do folclore nacional. O objectivo deste criativo, natural de São Vicente e a viver na Boa Vista, é concluir o projecto, ou seja, a publicação dessa sua criação em formato físico, nomeadamente a publicação de um livro em papel.

Jason Fortes

ro foi a junção de várias histórias que ouvia antigamente de pessoas mais velhas. Agora resolveu compilar algumas nesta banda desenhada.

Feedback e dificuldades

Até então, a banda desenhada “Madruz” foi publicada apenas na página do facebook, “Fora de Caixa”. A versão apresentada por Flávio ainda não

está completa, pois a ideia ainda é apenas fazer a divulgação.

“O feedback das pessoas foi super positivo e isso de certa forma deu-me mais vontade para continuar”, acrescenta.

A maior dificuldade, segundo diz, prende-se com o facto de não existir muitas fontes sobre o folclore cabo-verdiano. As histórias a que recorreu foram quase sempre passadas de forma oral e, por isso, acredita que

este seu trabalho vai ajudar a preencher essa lacuna.

Próxima fase: publicação de um livro em papel

A versão de “Madruz”, que já está a circular nas redes sociais, é apenas uma parte de um projecto mais vasto. Neste momento, o objectivo deste criativo é concluir o projecto, com a publicação da banda desenhada em formato fi-

sico. Para prosseguir para a próxima fase que será um livro, necessita primeiramente de concluir a história, algo que já está a fazer. “O roteiro já está pronto, falta-me apenas desenhar”, conclui.

Também está à procura de eventuais apoios para que as suas ideias conheçam a luz do dia.

Flávio Neves tem 34 anos, nasceu na Ribeira Bote, São Vicente, mas actualmente vive na ilha da Boa Vista.



Flávio Neves



João Serra*

Breves reflexões sobre a aparente e estupefata armadilha do crescimento demográfico (2)

Conforme já referido na primeira parte deste artigo, publicada na edição anterior deste jornal, os dados preliminares do RGPH-2021 apontam para uma diminuição da população residente em Cabo Verde, de 491.683 habitantes em 2010 para 483.628 em 2021, com o INE a estimar uma taxa de crescimento anual médio (tcam) de -0,2% (0,2% negativos), de 2010 a 2021, contrariando as projeções, inclusive do próprio INE, que indicavam um aumento significativo da população residente no país em 2020.

Esses dados apontam, também, para uma diminuição muito grande da população jovem, de 20 a 24 anos, e para um ligeiro aumento da população idosa em relação a 2010.

Nesta segunda parte, procuraremos abordar a questão da transição demográfica em Cabo Verde, bem como as consequências de um eventual envelhecimento precoce da nossa população. Trabalharemos com os dados disponíveis de 1970 a 2015, na medida em que o INE, por enquanto, apenas fez uma apresentação muito sucinta de alguns dados preliminares obtidos com o RGPH-2021.

Algumas considerações sobre a transição demográfica e as suas fases

Nascer, crescer, reproduzir-se e morrer são factos indissociáveis da espécie humana. Este ciclo ocorre com uma intensidade diferente, em função das características de cada país, Estado ou cidade, dependendo de alguns indicadores e fatores: por um lado, das taxas de fecundidade (TF), natalidade, mortalidade e migração e, por outro lado, da influência exercida sobre esses indicadores pela economia, pelas variações climáticas, pelas crises sanitárias e humanitárias e pelas mudanças culturais.

Nesta ótica, as dinâmicas demográficas exprimem processos

de natureza muito distinta, com as transformações económicas e sociais, as condições sanitárias e de saúde, as acessibilidades ou outras questões de natureza política a induzirem transformações no modo como as populações evoluem demograficamente. Também, o ritmo de crescimento e distribuição geográfica da população e das estruturas demográficas influenciam, significativamente, a evolução das dimensões associadas a estes processos.

As alusões à transição demográfica referem-se, essencialmente, às tentativas de explicação para as transformações operadas nas populações dos países industrializados, entre meados do século XIX e meados do século XX.

Na verdade, num processo que se estendeu por cerca de um século, esses países passaram de uma situação demográfica caracterizada pela existência de um quase paralelismo entre altas taxas de mortalidade e altas taxas de natalidade, para uma situação totalmente oposta, caracterizada pela existência de um quase paralelismo entre baixas taxas de mortalidade e baixas taxas de natalidade. Na primeira situação, a mortalidade funcionava como uma espécie de mecanismo regulador dos avanços e recuos das populações.

Segundo estudiosos da matéria, Adolphe Landry, um populacionista francês, foi o primeiro a expor, nos inícios do século XX, uma teoria sobre estas mudanças demográficas, sob a designação de Transição Demográfica. Nas décadas seguintes, essa teoria teve largo desenvolvimento, contando com importantes contribuições dos demógrafos dos EUA, Warren Thompson e Frank Notestein.

A teoria de Transição Demográfica é uma das teorias mais complexas e fundamentais para o entendimento da demografia. Ela surgiu como uma forma de refutação, a partir de argumentos

sólidos, da teoria populacional do clérigo inglês Thomas Malthus, formulada no início do século XIX e que predizia um cenário catastrófico para a Humanidade, caso o crescimento populacional se mantivesse a uma taxa constante. O “Malthusianismo” foi a primeira teoria populacional a relacionar o crescimento da população com a fome e miséria. Isto porque, dizia Malthus, os recursos alimentares iriam crescer mais lentamente (em progressão aritmética), e não seriam suficientes para alimentar a população, com uma tendência de crescimento muito mais rápido (em progressão geométrica).

Segundo a teoria da transição demográfica desenvolvida por Frank Notestein, na primeira metade do século XX, não existe um processo homogêneo e unificado de constante explosão de crescimento populacional. Na verdade, quando esse fenómeno acontece, acredita-se que a tendência é de uma futura estabilização.

De acordo com Frank Notestein e outros grandes pesquisadores da dinâmica populacional, a transição demográfica acontece em quatro fases distintas, a saber:

1 - Pré-transição

A primeira fase do processo de transição demográfica é a pré-transição, quando a população se encontra num estágio de equilíbrio entre as taxas de natalidade e mortalidade. Entretanto, esse equilíbrio dá-se por meio da elevação dessas taxas. Assim, à medida que nascem muitas pessoas, muitas também morrem.

Essa é a característica principal das sociedades caracterizadas por um baixo nível de desenvolvimento socioeconómico. A qualidade de vida também é baixa e as condições sanitárias e de saúde são precárias. O melhor exemplo desse tipo de sociedade corresponde aos países europeus no início do processo de industrialização.

2 - Aceleração ou explosão demográfica

Na segunda etapa da transição demográfica ocorre um fenómeno conhecido como explosão (ou “boom”) demográfica. Ou seja, num curto período de tempo, a população cresce a níveis exponenciais.

Ao contrário de outras teorias, a transição demonstra que esse processo não acontece pelo aumento das taxas de natalidade, mas sim pela diminuição da mortalidade, em resultado, principalmente, das melhorias nas áreas da saúde, saneamento e outros.

Na Europa, essa fase ocorreu durante todo o século XIX. Já nos países em vias de desenvolvimento, o processo aconteceu ao longo do século XX. A aceleração demográfica volta a atingir a Europa durante o pós-guerra, o que resultou na criação da expressão “geração baby boom”.

3 - Desaceleração demográfica

Ao longo do processo de desenvolvimento das sociedades, as taxas de natalidade tendem-se a entrar numa fase de desaceleração. Os fatores que induzem a isso têm a ver, no essencial, com o planeamento familiar, a inserção de mulheres no mercado de trabalho, a urbanização e o aumento do custo de vida.

Assim, a tendência é que a sociedade, que se encontra no processo de desaceleração demográfica, entre num processo gradual e de constante declínio da quantidade de nascimentos, ao passo que a queda da mortalidade começa a entrar na fase de estabilização.

4 - Estabilização demográfica

Por fim, a quarta fase da transição demográfica ocorre quando a sociedade atinge a estabilidade. Nesta fase, o equilíbrio das taxas de natalidade e mortalidade dá-se

No cenário mundial, a transição demográfica é um processo natural e esperado, principalmente por conta do maior acesso às condições de saúde e aumento da qualidade de vida das populações. Entretanto, tal processo também tem as suas consequências

em patamares muito mais baixos que no início do processo, apesar de uma ou outra oscilação conjuntural.

Nesta fase, o crescimento populacional está contido e controlado. Apesar disso, a população atinge um processo de envelhecimento, com elevada expectativa de vida e baixas taxas de natalidade. O resultado é uma sociedade que enfrenta maiores gastos com a segurança social e saúde, além de queda na população economicamente ativa.

Enquanto o modelo original de Transição Demográfica descrito acima, apresenta só quatro fases, atualmente aceita-se uma quinta fase, onde a mortalidade superará a natalidade. Com efeito, devido ao elevado custo de se criar filhos, principalmente nos países desenvolvidos, as famílias optam por ter um número muito reduzido (entre 1 e nenhum) de filhos para manter o padrão de vida. Trata-se de uma fase de crescimento populacional negativo, provocando um decréscimo populacional, com o número de idosos tendencialmente a superar o de jovens, o que pode acarretar problemas em relação à força laboral e ao sistema de segurança social

A primeira transição demográfica iniciou-se no século XVIII, na Europa, com o processo de revolução industrial, enquanto que, nos países em vias de desenvolvimento, isto ocorreu a partir do ano de 1940, porém, com uma diferença fundamental: a queda de mortalidade verificada nesses países não foi acompanhada por um declínio significativo da natalidade, nem da modernização das suas economias.

A teoria de Transição Demográfica não está isenta de reparos. Para os seus críticos, ela oferece uma explicação redutora sobre a evolução das populações, nomeadamente porque apenas tem em conta a natalidade e a mortalidade a partir dos cálculos das taxas brutas, deixando de fora aspetos importantes, tais quais, os ligados, por um lado, às migrações e, por outro, às questões de natureza económica e social, como a participação das mulheres no mundo

do trabalho ou a nupcialidade.

Entretanto, independentemente de reparos que possam ser feitos, as transformações demográficas ocorridas, até hoje, saldaram-se, numa primeira fase, pelo crescimento em contínuo das populações envolvidas, para, posteriormente, estacionarem e mesmo regredirem nesse crescimento. Porém, essas mudanças não se efetivaram nos espaços menos desenvolvidos ou nos chamados países em vias de desenvolvimento. Nestes países, regra geral, continuam a nascer muitas pessoas e continuam também a morrer muitas pessoas, mas a um ritmo menor que a reprodução, o que tem conduzido a um crescimento sem paralelo dessas populações e, por consequência, da população de todo o planeta. Esta circunstância tem feito reacender o debate sobre a velha questão malthusiana do necessário equilíbrio entre a população e os recursos, sobretudo em épocas de crise, quando o crescimento económico se apresenta menos resolutivo.

Segundo especialistas, a população mundial continuará a crescer, pelo menos durante as próximas quatro décadas, principalmente no continente africano, devendo atingir o pico por volta de 2064. Nessa altura, o planeta contará com cerca de 9,7 mil milhões de habitantes. Entretanto, enquanto alguns países iniciam a sua transição demográfica ou conhecem um aumento da natalidade, outros chegam ao fim deste ciclo e confrontam-se com o desafio do rápido envelhecimento da sua população.

A transição demográfica em Cabo Verde

Da análise dos dados disponíveis, constata-se que, de 1970 a 2015, ocorreu uma alteração radical nos indicadores de mortalidade e natalidade em Cabo Verde. Tal como ocorre nas sociedades à medida que elas se desenvolvem, as taxas de mortalidade começaram a cair bem antes das de natalidade. Com efeito, a estrutura da mortalidade tem vindo, progressivamente,

a concentrar-se nas idades mais avançadas, de 60 e mais anos, o que reflete uma melhoria das condições sanitárias do país e das condições gerais de saúde da população. A taxa bruta de mortalidade (TBM) caracteriza-se por apresentar baixos níveis de mortalidade geral, reflexo da estrutura jovem da população e dos baixos níveis de mortalidade infantil e juvenil. A TBM (por 1000) era de 4,5 em 2010 e de 5,2 em 2015, que compara com a de 8,2 registada entre 1961-1970. A redução dos níveis de mortalidade teve como consequência o aumento da esperança de vida à nascença, que passou de 56,1 para 79,9 anos nas mulheres e de 54,7 para 71,5 anos nos homens, entre 1970 e 2015. Ou seja, em 45 anos, as mulheres tiveram um ganho de 23,8 anos de vida e os homens de 16,8 anos.

Da mesma forma, tem havido uma tendência decrescente dos níveis de fecundidade da mulher cabo-verdiana, embora o decréscimo seja mais acentuado nos últimos anos. De facto, a evolução da TF passou de pouco mais de 7 filhos por mulher em idade fértil no final dos anos 1970, para 6,1 filhos entre 1982-1984, 6 filhos entre 1985-1988, 5,5 filhos em 1990, 4 filhos em 2000, 2,4 filhos em 2010 e 2,3 filhos em 2015. A redução da fecundidade deve-se, em grande parte, à generalização do planeamento familiar (através dos serviços de saúde reprodutiva) e à escolarização das meninas.

A redução da mortalidade, associada a uma redução menos acentuada da fecundidade, fez com que a população cabo-verdiana tivesse um aumento persistente desde 1950, ainda que oscilando em função do saldo migratório, particularmente nas últimas duas décadas e meia.

Efetivamente, o ritmo de crescimento anual da população foi bastante elevado na década de 60, na ordem dos 3,1%. De 1970 a 1980, com a forte corrente de emigração que ocorreu no país, em resultado da pobreza, da instabilidade política e de outras causas, o crescimento populacional conheceu uma redução drástica, pas-

sando para uma taxa de 1%. As décadas de 80 e 90 do século passado foram de maior crescimento anual da população, de 1,5% e 2,4%, respetivamente. De 2000 a 2010, a taxa da população foi de 1,2%, e de 2010 a 2015 de 1,1%.

Outrossim, a população cabo-verdiana continua sendo jovem. A idade média da população residente no país passou de 24,2 anos em 1970 para 25,2 anos em 1980, 26,6 anos em 1990, 28 anos em 2000, 29,5 anos em 2010 e 28 anos em 2015.

Em face dos dados disponibilizados pelo INE (Censos e estimativas) e referentes ao período de tempo de 1970 a 2015, tudo indica que Cabo Verde vive a fase 3 (três) da transição demográfica, configurando-se um quadro de baixo crescimento populacional, mas não de um decréscimo, como resulta do RGP-2021. Isso, tendo em conta, sobretudo, a TF que, segundo o próprio INE, era de 2,3 filhos/mulher em 2015, ao que acresce o saldo migratório que, em princípio, não terá apresentado oscilações significativas de 2010 a 2020. Salienta-se que para a renovação ou substituição de gerações o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva deve ser de 2,1. A partir do momento em que a TF for menor, a população, normalmente, começa a diminuir.

Assim sendo, só razões de natureza extraordinária, que ainda desconhecemos, poderão explicar a diminuição da população residente em Cabo Verde, entre 2010 e 2021.

No cenário mundial, a transição demográfica é um processo natural e esperado, principalmente por conta do maior acesso às condições de saúde e aumento da qualidade de vida das populações. Entretanto, tal processo também tem as suas consequências.

O principal aspeto decorrente da finalização do processo de transição demográfica é o envelhecimento da população. Com a estabilização das taxas de natalidade e mortalidade, a sociedade entra num processo de envelhecimento natural, pois a esperança de vida aumenta consideravel-

mente, provocando dificuldades crescentes ao financiamento da segurança social, já que o número de idosos aposentados tende a crescer, por oposição à queda da população economicamente ativa.

Entretanto, até que se atinja esse ponto, uma sociedade passa por um período conhecido como “bônus demográfico”. Trata-se de uma situação que acontece quando há uma diminuição do número de nascimentos, enquanto a população idosa e inativa ainda não é tão grande. Tal significa uma predominância da parcela adulta da sociedade, sendo essa economicamente ativa. O resultado é a maior disponibilização de recursos e investimentos para o país, resultando em mais oportunidades, nomeadamente para empresas e empreendedores.

É no estágio de bônus demográfico que, no meu ponto de vista, Cabo Verde se encontra. Por isso, é fundamental que se aproveite ao máximo essa maior disponibilidade de mão-de-obra, em favor do desenvolvimento do país.

É importante salientar que o envelhecimento de uma população não pode nunca ser visto como um facto isolado ou de pouca importância, na medida em que tem inúmeros reflexos na vida social, influenciando o consumo, a transferência de capital e de propriedades, os impostos, a segurança social, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, bem como a composição e organização das famílias.

Termino este artigo, dedicando-o ao meu ex. colega de trabalho e grande amigo Osvaldo Lima, falecido recentemente. Guardo do Duval, como também era conhecido, as recordações de um economista com sólidos conhecimentos e de elevado gabarito, para além de um profissional de primeiro plano e sempre disponível. Enquanto ser humano, era um homem bom e com um enorme coração. As minhas sentidas condolências à família enlutada. RIP!

Praia, 30 de agosto de 2021

* Doutor em Economia

SOCIEDADE

São Pedro

Mergulho com tartarugas atrai cabo-verdianos



Antes de cada viagem, Alexandre assume as rédeas, para um briefing sobre algumas regras que devem ser cumpridas ao chegarem ao alto mar.

Segundo este entrevistado, durante os mergulhos as pessoas sentem-se tentadas a tocar os animais o que constitui um perigo. As tartarugas marinhas possuem uma camada protectora e, a cada vez que são tocadas, a camada vai sendo desgastada e isso faz com que criem bactérias nas suas caudas. E, é neste sentido que a recomendação é não tocar nos animais, limitando-se a nadar ao lado delas.

“Aqui, em São Pedro, sempre trabalhamos na protecção das tartarugas e limpeza da praia. Cheguei a falar com um biólogo marinho que me disse que os mergulhos poderiam representar uma ameaça à espécie porque acabamos por privá-las do seu instinto natural, mas eu acredito que o instinto natural dum ser vivo é ficar onde se sente bem”, diz.

Diariamente, das 10 às 17 horas, Alexandre e os seus companheiros estão na praia de São Pedro, à espera de clientes, desde que as condições do mar o permitam. Aliás, a maior dificuldade para um negócio desta natureza tem a ver precisamente com as condições do mar.

“Se tivermos ondulação grande, isso não nos permite entrar no mar porque não queremos colocar a vida das pessoas em risco. Quando o mar está sujo e há pouca visibilidade do ambiente envolvente também não”, conclui.

O certo é que cada dia há mais cabo-verdianos a quererem experimentar a aventura de nadar ao lado de tartarugas. Uma outra forma também de nos tornarmos mais amigos do ambiente.

O mergulho ao lado de tartarugas, na localidade de São Pedro, em São Vicente, tem despertado o interesse de cabo-verdianos, ultimamente. Promover a protecção da espécie, a par da obtenção de um “ganha-pão” para os locais, são alguns dos objectivos desta iniciativa empreendedora, em alternativa ao “desaparecimento” dos turistas estrangeiros.

Jason Fortes

Pouco mais de 50 metros separam o areal da praia de São Pedro do local onde é possível vivenciar a experiência, rara, para não dizer única, pelo menos em São Vicente, de mergulhar ao lado de tartarugas. Com recurso a botes de pesca locais, a experiência tem ganhado cada vez mais adeptos.

“Normalmente quem procura este serviço são os turistas, mas neste momento estamos a trabalhar mais com cabo-verdianos do que com estrangeiros”, diz Alexandre Lamas, jovem que se juntou ao irmão Jairson Rocha e a um outro amigo, para em 2019 criar a microempresa Turtle House.

Turtle House é composto por cerca de 10 jovens que ao longo dos últimos três anos tem explorado o negócio do mergulho com tartarugas em São Pedro. “Além de nós, há mais pessoas que exploram este negócio de forma independente. Na praia um total de cinco botes fazem este serviço”, acrescenta.

Negócio e protecção

O preço que cada pessoa paga pela experiência de mergulhar ao lado das tartarugas é 1500 escudos. Durante o verão, tendo em conta a quebra do fluxo no turismo, o preço caiu para 1000 escudos, de forma a tornar a experiência mais acessível a clientes cabo-verdianos.

“Quando é um grupo gran-

de, de 10 pessoas por exemplo, e não têm os 1000 escudos, fazemos um desconto. As saídas são no mínimo de três pessoas, mas no caso de haver duas pessoas, há um preço ‘camarada’ que fazemos também”, explica Alexandre.

Cada excursão tem a duração de 45 a 60 minutos, consoante a vontade do cliente.

Epistemofobia Jurídica



Billy Balton Brito*

Com a chegada do fenómeno das redes sociais em Cabo Verde e da sua respectiva massificação, entranhando no âmago do Cabo Verdiano que, ainda que sem saber, tornou o Facebook na personificação do exercício do direito fundamental à liberdade de expressão, em que os usuários por autossabotagem sentem-se obrigados a terem uma opinião sobre todos os assuntos, independentemente da sua área de formação ou aptidão, restando aos internautas a mera impressão que a sua simples existência no mundo é suficiente para dotá-los de um macro conhecimento empírico sobre todos os campos do saber.

Como Jurista, cada vez mais, situa na minha mente a convicção de que a disciplina mais importante no curso de Direito é a Filosofia do Direito. No entanto, quando estávamos sentados nos bancos da Universidade, era a disciplina mais odiada e criticada por muitos alunos. Tanto é que, nos dias de hoje, muitas Universidades expurgaram a disciplina do plano curricular, quase que por mera petição iletrada e verbal, gerando posterior e até mesmo imediatamente, análises e opiniões medíocres, infantis e incoerentes sobre a Justiça em Cabo Verde. Somos nós os Juristas quem têm a responsabilidade social de transmitir, de forma simples e prática, o mundo jurídico aos leigos da sociedade que por dignidade da pessoa humana, são merecedoras de conhecimento jurídico mediano, embora muitos usuários destas redes sociais sofram de uma dislexia jurídica popular, autoproclamada como subterfúgio para a manifestação de uma frustração

social muitas vezes infundada. Tenho presenciado vários comentários e debates virtuais onde existe pouca argumentação legal e quase nada de fundamentação tecnicamente validada. Mas o que mais desaponta é a falta de etiqueta digital que intimida e afasta os gentlemen das redes sociais, esvaziando-se no meio de tanta deselegância argumentativa. Muitas vezes, o ridículo se torna ilícito e censurável por flagrante violação da honra de outrem, no qual o comentarista emocionado, munido de desdém à dignidade da pessoa humana, dispara ofensas gratuitas contra a honra do outro que pensa e fundamenta diferente.

Quanto ao público, este tem demonstrado e servido de prova física que o país precisa urgentemente de melhor investimento na qualidade da educação, para uma melhor instrução normativa e também de Justiça Jurídica. Este tem demonstrado ser facilmente influenciado e usado como instrumento bélico por poderosos dissimulados, cuja verdadeira personificação é desconhecida pelas massas. A rotulada e conhecida “corrida de ratos” continua secular, sendo a limitação cognitiva a sua principal ferramenta de manutenção contínua.

Hoje em dia muitos criticam a Justiça e conseqüentemente o Direito, transmitindo tacitamente a ideia que vivemos no País das Maravilhas em que no primeiro dia faz-se a execução, no segundo dia o julgamento e só no terceiro dia se comete o crime. Mas de onde vem

tanta autoridade intelectual para se pronunciar sobre o assunto? Quantos livros já leram sobre a Justiça e sobre o Direito? Quantas horas de reflexão já fizeram sobre o assunto? Quem foi o seu professor? Já, ao menos, lestes a Constituição da República? Tens certeza que ao menos lestes o primeiro artigo? A “Achologia” tem se tornado o princípio da inteligibilidade, sobrepondo ao conhecimento plasmado em décadas de dedicação ao estudo, realizado por poucos e muitas vezes despidos de qualquer instrumento institucional oficial conhecido como diploma ou certificado. A moda do “eu penso” e do “eu acho” se tornou viral entre os internautas, usando alguns pseudo informados a argumentação legal falaciosa de que se “a ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas” é porque o legislador legitimou a todos os cidadãos o poder de apresentarem argumentos jurídicos sólidos e creíveis.

É deveras fático, que encontramos em plena crise sanitária em que a saúde pública se encontra em cheque, no entanto, é a Justiça que surge no centro dos holofotes como assunto causador das maiores excitações da opinião pública, a ponto de vencer pela sua audiência até mesmo as questões relacionadas com a saúde pública. A Justiça se tornou slogan, meta e um busílis revolucionário.

Com isto, não estou escrevendo que o mundo Jurídico está bem ou mal, estou escrevendo que nem to-

dos, por falta de preparação educacional suficiente, estão preparados para discutir este tema tão complexo. Ainda temos pessoas em Cabo Verde, que querem opinar através das Redes Sociais, mas não sabem que o ponto de interrogação simboliza uma pergunta (isto ficou provado num comentário de um internauta reagindo a um post meu).

Hoje temos licenciados que nunca ouviram falar de Karl Marx e nem sabem quem foi Adam Smith. Assim como temos alunos do 12º ano que não sabem fazer uma equação de segundo grau.

O país precisa de muitas coisas, mas vamos começar ESTUDANDO, LENDO, PESQUISANDO. Estou a acompanhar uma geração que não tem paciência para ler, que ainda insiste na falácia de “estudar para passar de ano”. A salvação do país deve ser um sistema educacional firme e prático, feito à nossa medida, tendo em conta os nossos desafios, o nosso clima, a nossa história, a nossa cultura e os nossos valores.

Com o regresso às aulas, temos mais uma vez a oportunidade de fazer as coisas não de forma diferente, mas de forma aprimorada e mais adaptada, partindo da responsabilidade de todos os intervenientes do processo socioeducativo, em busca da salvação dos neo estudantes que poderão ter o poder de salvar a nação a nível emocional, intelectual e conseqüentemente económica.

*Inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde

PUB



Navegue sem intermediários
www.anacao.cv





Filinto Elísio

Nos catorze anos do jornal A Nação

Olhares de Lisboa

O jornal A Nação, neste tempo e nesta edição, celebra 14 anos, contados a cada semana com as suas tiragens impressas e, ultimamente, a cada dia com as suas atualizações online. Não consigo deixar de lembrar do dia da aparição do jornal, produto da Alfa Comunicações, mas caldeado e composto no sonho realizado de uma meia dúzia de amigos e colaboradores, cujo propósito era criar um produto que fosse uma “terceira via” no campo mediático cabo-verdiano. Para tanto, seria generalista e popular, lastreado em ideias-chave como reportagem, notícia e noticiabilidade, opinião plural e diversa e ampla distribuição no País e na Emigração (fazendo jus ao nome A Nação), assim como espaço e serviço comerciais, pilastras da sustentabilidade do jornal. Há 14 anos (recordo-o como se fosse hoje), ele vinha bem-intencionado e ousado, com uma linha editorial afirmativa, com todos os eses e erros de um órgão de imprensa, numa sociedade sequiosa da pluralidade informativa e num país que não tem feito feio no ranking mundial da Liberdade de Imprensa.

*
Ciente estou de trancos e barrancos, de alguns imponderáveis e de não menos obstáculos, que o jornal teve de enfrentar. Mesmo sabendo que “todos os caminhos levam a Roma”, sei quão difícil às vezes é “atravessar o Rubicão”; estando certo que o jornal dobraria o seu Cabo de Boa Esperança, superando ao que lhe era antes Cabo das Tormentas; fazendo o tirocínio semanal do comercial, a pleitear por assinantes assíduos, a dinâmica das distribuições e das vendas, das demandas da publicidade e do anúncio, dos parceiros públicos e privados; o também tirocínio da redação, com as pautas da semana, as apurações dos factos e dos feitos, o jogo de cintura do editor no diálogo com os responsáveis das secções e páginas diferenciadas, a aculturação coletiva, paulatina e cumulativa de um “livro de estilo” próprio, a consagração, jornal a jornal, de uma identidade (de estilos, de escritas, de primeiras páginas e de grafismos) e de um caldeamento, a cada dia mais substantivo, do way

of life do A Nação, com jornalistas, diagramadores, ilustradores, colaboradores, funcionários, verdadeiramente capital humano (sem desprimor semântico, note-se); o ainda tirocínio da concorrência, com a sua dura gramática das relações de força e de influência e o seu insidioso jogo de sombras, apanágio de mercado pequeno, onde a fome é muita e o rancho minguido -, sim, trancos e barrancos, mas felizmente a maior parte vencidos, para que o jornal cumprisse o ano Sete (o mais místico e desafiante da numerologia) e agora esteja a celebrar o ano Catorze. Alguém muito dado às lides políticas e aos jargões do carrossel do poder, terá dito que o A Nação está quase a fechar o “terceiro mandato”.

*

Entrementes, o que encanta neste trajeto de 14 anos é a superação diária, a aprendizagem permanente e a resiliência reforçada a cada edição, como também encanta a fidelidade (isto sim, um sine qua non) dos leitores e dos parceiros comer-

ciais. Creio que, havendo arte, mas faltando engenho, não estou habilitado, nem sou competente, para fazer uma avaliação de desempenho da Família A Nação. Não conseguirei ser neutro, embora tente ser isento e imparcial, colaborando com ideias, aconselhando num ou noutro caso e escrevendo crónicas, outrora semanais, agora quinzenais. O sentimento de pertença à grande família, não sendo parte da coisa, mas assumindo por inteiro a causa, continuo com o jornal A Nação a cumprir o seu 14.º Aniversário. Haja vida e saúde, posto sete mais sete são catorze, com mais sete são vinte e um, como cantofalávamos todos na nossa infância. De modo que, tal como no primeiro dia do Ano I, exemplar que guardo no lado esquerdo do peito, estou orgulhoso do percurso deste jornal e auguro a todos que de corpo e alma garantem o seu venturoso futuro. Agora baixinho, um rasgo de imodéstia, não vá cutucar a fera com vara curta, com assaz e estilosa edição comemorativa: Já somos a primeira via do jornalismo cabo-verdiano!

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
23/08/2021	Taxa Base Anual	1,0302
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
27/07/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
04/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
06/08/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
11/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
17/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
25/08/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
01/07/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0625
08/07/2021	Bilhetes do Tesouro 150 dias	1,0000
14/07/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
20/07/2021	Bilhetes do Tesouro 115 dias	1,0625
16/08/2021	Bilhetes do Tesouro 50 dias	1,0000
23/08/2021	Bilhetes do Tesouro 77 dias	1,0000

Taxas de Câmbio de 01-09-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	93,075	93,277
INGLATERRA	GBP	1	128,250	128,553
CANADÁ	CAD	1	73,953	74,094
SUIÇA	CHF	100	10 204,280	10 217,056
JAPÃO	JPY	100	84,788	84,915
DINAMARCA	DKK	100	1 481,509	1 484,198
NORUEGA	NOK	100	1 073,363	1 076,053
SUÉCIA	SEK	100	1 083,590	1 086,447
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,299	6,501
CHINA	CNY	100	1 442,032	1 442,032
BRASIL	BRL	1	17,963	17,963
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Guisado de carne com batata e cenoura

Ingredientes

- 1/2 kg de carne bovina;
- 3 cebolas;
- 1 kg de batatas;
- 5 cenouras;
- Sal e pimenta-do-reino a gosto;
- 1 caldo de carne (opcional);
- Salsa picada a gosto.

Modo de preparação

- 1- Comece a receita cortando a carne em cubos médios. Reserve.
- 2- Corte as cebolas e as batatas em cubos pequenos e as cenouras em quadrados médios.
- 3- Coloque os ingredientes cortados em uma panela grande.
- 4- Acrescente água fervente, o suficiente para cobrir todos os ingredientes. Atente para não acrescentar muita água!
- 5- Adicione o caldo de carne e misture-o até dissolver na água. O caldo de carne é opcional.
- 6- Deixe cozinhar em fogo alto por aproximadamente 40 minutos, mexendo sempre.
- 7- Tempere com sal e pimenta-do-reino a gosto.
- 8- Acrescente a salsa picada para finalizar.



Caça-palavras



Encontre o nome de 10 praias em Cabo Verde:

SOLUÇÕES:

LAGOINHA
BALA
CURRALETES
SINAGOGA
ESTORIL
VARANDINHA
GAMBOA
PEDRA LUME
SANTA MARIA
PRAINHA

Sete diferenças



Talento

João Santos, músico de múltiplos talentos, começou a tocar aos 13 anos, hoje com 26 toca nove instrumentos musicais. É um artista de múltiplos talentos e que sonha conquistar grandes palcos.

Um mini teclado oferecido pelo tio no Natal permitiu que João desse asas ao sonho. Hoje, aos 26 anos, revela-se um multi-instrumentista. Toca teclado, piano, guitarra, cavaquinho, flauta, de entre vários outros instrumentos musicais que o consagraram na ilha de Santo Antão de onde é natural.

A morna é o género de eleição desse santantonense, apesar de também se aventurar noutros ritmos. Como diz, “o som do piano transcende a música e deixa tudo mais leve”.

O artista é uma referência constante nos eventos produzidos em Santo Antão. Partilhar o palco com as cantoras Ceuzany, Diva Barros e Blacka são momentos que o músico recorda com admiração. “Momentos arrepiantes”, diz.

No momento, João sonha com a profissionalização, em conquistar mais palcos e partilhar palco com a artista internacional Madonna. “Uma das minhas maiores ambições é tocar com a Madonna por ser uma grande artista e pela proximidade da cantora com a cultura cabo-verdiana”, revela.

Até que este sonho não se realize, vai partilhando nas redes sociais covers ao piano de músicas cabo-verdianas. Uma aposta que

tem rendido vários elogios ao artista. “Já partilhei covers de Porton d’nos Ilha e Poeta e vem muito mais por aí”, conta o artista.

João também desenvolve um projeto de ensino aprendizagem em que ensina técnicas musicais para se aprender a tocar instrumentos musicais de forma rápida e eficiente. “Estamos a trabalhar para levar esse conhecimento a muitos sítios através do projeto Fórmula F3”, refere.

Atualmente tem apostado também no ensino da inteligência emocional e ajudar às pessoas a construírem a “liberdade emocional” através de técnicas de meditação, exercícios físicos, de descanso e de organização.

RL





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 HRocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

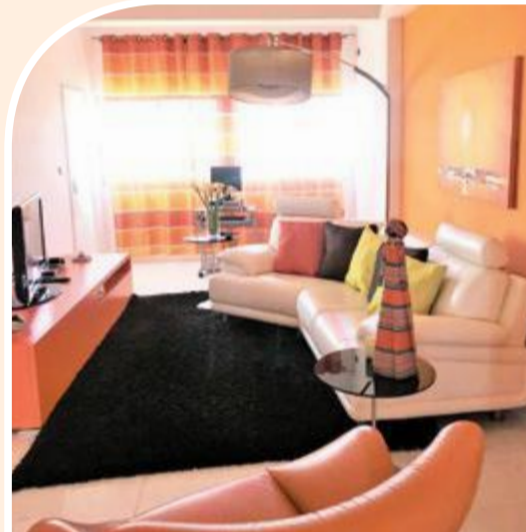
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)

Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



ANÚNCIO RECRUTAMENTO CONSULTORES INDIVIDUAIS

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde a pedido do RCO – Resident Coordinator Office leva ao conhecimento do público que tem aberto um concurso para o recrutamento de dois consultores individuais nacional/local para integrar a equipa de consultores que irá realizar a consultoria “Evaluation of Cabo Verde UNDAF 2018-2022”.

Os(as)candidatos(as) interessados(as) poderão consultar o *IC Procurement Notice*, os Termos de Referência e os outros documents a partir do website: https://procurement-notices.undp.org/view_notice.cfm?notice_id=82573 ou <https://cabo Verde.un.org/pt/jobs>

As candidaturas deverão ser enviadas até ao dia **9 de setembro de 2021, 16h30** (hora de Cabo Verde) para bids.jocv@cv.jo.un.org com referência:

National Consultant (Evaluation Expert) Team Member Evaluation of Cabo Verde UNDAF 2018-2022

ou
National Consultant (Thematical Expert) Team Member Evaluation of Cabo Verde UNDAF 2018-2022

Os dossiers incompletos e não identificados corretamente serão excluídos.

Serão contactados apenas os(as) candidatos(as) pré-selecionados(as).

Quaisquer pedidos de esclarecimento devem ser enviados, por escrito para o seguinte endereço: procurement.cv@cv.jo.un.org

Tipo de contrato: IC- Individual Contract

Data provável do recrutamento: 20 de Setembro de 2021

Duração do contrato: 45 dias úteis

“O Escritório Comum do PNUD/UNFPA/UNICEF reserva-se o direito de não recrutar as candidaturas recebidas que não preenchem os requisitos exigidos para este concurso”



CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 23 dos Estatutos da **ECOBANK CABO VERDE, S.A.** e do artigo 298 do Código das Sociedades Comerciais em vigor, convoco os Accionistas desta Sociedade, para uma reunião da assembleia ordinária, que terá lugar no p.f. dia 9 de Setembro de 2021, na sede social, sita na Avenida Cidade de Lisboa, pelas 09:00 (nove) horas, tendo como Ordem do Dia, o seguinte:

- PONTO ÚNICO: Nomeação do Dr. Bernard EKWALLA, como novo Administrador Executivo e membro do Conselho de Administração da Ecobank Cabo Verde, S.A.

Praia, aos 17 de Agosto de 2021.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral,

/Dr. José Luís de Andrade/



COMINICAÇÃO SOBRE INSTRUÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

Comunica-se aos Srs. **EUGÉNIO FERNANDES RIBEIRO** e **KENNY JOHN ANDRADE FORTES SILVA**, Vigilantes da Setelima, que corre contra eles nesta empresa, um processo disciplinar por abandono de lugar, de acordo com o nº 2, aliena i) do art.º 234º, conjugados com os art.ºs 128º, nº 1, alínea b), 244º n.ºs 1 e 2, cujos efeitos estão previstos no art.º 245º, do CLCV, pelo que deverão apresentar as suas justificações por escrito, no prazo de 08 (Oito) dias úteis, a contar da publicação deste anúncio.

Praia, 30 de Agosto de 2021.

O Instrutor

Júlio Barbosa



CONVOCATÓRIA

A pedido da Sociedade emitente, são convocados, nos termos dos números 1º e 3º do artigo 286º, e, do artigo 288º do Código das Sociedades Comerciais, todos os senhores **OBRIGACIONISTAS da Cabo Verde Fast Ferry, S.A.**, para se reunirem numa Assembleia Geral, que terá lugar no dia 20 de setembro de 2021, pelas 15H00, na sala de reunião da Bolsa de Valores de Cabo Verde e também por via remota, mediante a seguinte ordem do dia:

1. Informações;
2. Designação de um representante Comum dos Obrigacionistas e seu substituto;

Informa-se aos obrigacionistas que:

- a. A cada obrigação corresponde um voto;
- b. A Assembleia-Geral de obrigacionistas delibera por maioria dos votos emitidos.
- c. Os obrigacionistas podem fazer-se representar na Assembleia-Geral por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, com a assinatura reconhecida por notário.

Cidade da Praia, 31 de agosto de 2021

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Indira Rosa dos Santos



Concurso com Pré-qualificação para a Construção da Sede da SISP

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, é uma sociedade anónima que tem como missão principal implementar e gerir sistemas de pagamentos eletrónicos e serviços relacionados, nomeadamente de pagamento, processamento e gestão de dados e informação, em Cabo Verde. Assim é, em Cabo Verde, a gestora da rede interbancária nacional “vinti4” e das redes internacionais Visa e MasterCard, sendo a única entidade privada, credenciada pela ARME para emissão e certificados digitais qualificados e reconhecidos pela ICP-CV: Infraestrutura de Chaves públicas de Cabo Verde, sendo igualmente certificada pela SWIFT como Service Bureau.

O novo edifício sede será ambientalmente e energeticamente sustentável, tecnologicamente muito evoluído, albergando zonas de alta segurança, designadamente, um Datacenter Tier IV e um Centro de Personalização de Cartões, certificado pelas normas PCI – Payment Card Industry 3.2 e PCI-DSS.

Tratando-se dum edifício ambiental e energeticamente eficiente, com **elevada componente tecnológica**, estando consciente dos custos inerentes à elaboração de uma proposta sólida, a SISP optou por um processo de pré-qualificação de Empresas Construtoras. Assim, a SISP pretende receber **Manifestações de Interesse** para os **Trabalhos de Construção Civil e Instalações Especiais**.

Será critério de elegibilidade a comprovação de experiência e competência na construção de Projetos de **complexidade similar**, em particular edifícios contendo Datacenters.

Os concorrentes, **empresas ou agrupamentos de empresas**, devem enviar **Manifestação de Interesse** contendo:

- 1) Carta de motivação com identificação do Concorrente;
- 2) Brochura da Empresa ou do Agrupamento de Empresas;
- 3) No caso de agrupamento de várias empresas, declaração indicando modelo e acordo de associação (Agrupamento Complementar de Empresas – ACE ou Consórcio);
- 4) Alvará da empresa ou de cada uma das empresas do Agrupamento / Consórcio;
- 5) Relatório de Contas e correspondentes demonstrações financeiras de 2018, 2019 e 2020;
- 6) Declaração Modelo 1B (Declaração de Rendimentos de Pessoas Colectivas) certificada pelas Finanças, relativo a 2018, 2019 e 2020.

Apenas serão elegíveis as entidades (empresas ou agrupamentos de empresas) que verificarem cumulativamente os seguintes Critérios:

- a) Titularidade de alvará de Empreiteiro Geral da classe 5 em Cabo Verde ou superior. Empresas estrangeiras podem apresentar documento equivalente válido no seu país de origem, desde que se comprometam com a obtenção de um Alvará cabo-verdiano antes da assinatura do contrato de empreitada.
- b) Experiência geral em obras similares (mínimo 3 de complexidade idêntica) de edifícios com valor superior a 350 Milhões ECV por obra, concluídas nos últimos 5 anos, incluindo fichas descritivas dos projetos acompanhadas de cópias de declarações abonatórias emitidas pelo Dono-de-Obra.
- c) Apresente referências demonstráveis de obras relacionadas incluindo um Datacenter certificado pelo UpTime Institute, em Tier III ou Tier IV.
- d) Referências de experiência específica em projetos similares de valor superior a **350 Milhões ECV** por obra, concluídas nos últimos 5 anos sendo:
 - 1 obra nova ou de remodelação, com sistemas de gestão técnica centralizada/GTC de controlo (no mínimo) de climatização, iluminação e gestão de energia, e com sistema de gestão técnica de segurança e controlo (no mínimo) de detecção de incêndios e gases tóxicos, intrusão e CCTV.
 - 1 obra nova ou de remodelação, com rede estruturada para dados incluindo servidor de comunicação e equipamentos passivos.
 - 1 obra nova ou de remodelação com fachadas tipo cortina (alumínio e vidro).

Deverão ser incluídas fichas descritivas dos projetos acompanhadas de cópias de declarações abonatórias emitidas pelo Dono-de-Obra.

- e) **Volume de Negócios** em 2018, 2019 e 2020: **superior a 1.200 Milhões ECV/ano de média** dos 3 últimos anos.
- f) **Rácio de Liquidez Geral** em 2018, 2019 e 2020: **igual ou superior a 1,1** de média dos 3 últimos anos.
- g) **Rácio de Solvabilidade** em 2018, 2019 e 2020: **igual ou superior a 0,2** de média dos 3 últimos anos.
- h) **Rácio de Autonomia Financeira** em 2018, 2019 e 2020: **igual ou superior a 0,15** de média dos 3 últimos anos.

A empresa (ou agrupamento de empresas) deverá demonstrar capacidade para se responsabilizar pela execução de um projeto em que não existem “telas finais”, estando certificado pelo **UpTime Institute**. Nestas circunstâncias, o empreiteiro ficará responsável pela execução integral do projeto, sem ter liberdade de execução de variantes e alternativas.

No caso de agrupamentos de empresas, os critérios de elegibilidade anteriores, deverão ser cumpridos integralmente pelo líder do agrupamento.

Os concorrentes, que verifiquem os Critérios anteriores, serão ordenados em função das referências apresentadas, relativas a projetos de complexidade idêntica. Serão selecionados no máximo **5 concorrentes**, de acordo com a melhor avaliação das referências apresentadas, que serão convidados a apresentar proposta técnica e financeira, de acordo com documentos de concurso a enviar. A avaliação será baseada em **Qualidade e Preço**.

As propostas, com a indicação **SISP – Manifestação de Interesse para a Construção da Nova Sede Social**, devem dar entrada na SISP, pelo email: projeto.sede@sisp.cv até ao dia **20 de setembro de 2021**. Informações adicionais e/ou esclarecimentos poderão ser solicitados, pela mesma via, até ao dia 06 de setembro de 2021.

O anúncio encontra-se igualmente disponível no site da SISP, no seguinte endereço: <https://www.sisp.cv/contests.aspx>.

A SISP reserva-se o direito de não selecionar qualquer proposta, caso nenhuma preencha os requisitos pretendidos.



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente
Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
+238 261 89 84/ (333)71 70
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“PEDREIRA PEDRA DE OURO”

ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado **“PEDREIRA PEDRA DE OURO” - MONTE NEGRO – SANTA CRUZ - ILHA DE SANTIAGO do proponente EMPRESA PEDRA DE OURO – EXTRAÇÃO & COMÉRCIO, Lda** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 27 de Agosto a 27 de Setembro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de Santa Cruz;
- Delegação Regional da Agricultura e Ambiente de Santa Cruz.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 25 de Agosto de 2021

A Diretora Nacional

/Águeda de Burgo /



Ministério da Indústria,
Comércio e Energia

IGQPI - Instituto de Gestão de Qualidade
e da Propriedade Intelectual

ANÚNCIO DE CONSULTA PÚBLICA – Projeto da NORMA de REQUISITOS
de SUSTENTABILIDADE para ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

O Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI), enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), nos termos do Regulamento de Funcionamento das Comissões Técnicas de Normalização (CTN), coloca em **Consulta Pública**, o **Projeto da Norma de Requisitos de Sustentabilidade para Alojamentos Turísticos**, elaborado pela Comissão Técnica de Normalização de Oferta Turística (CTN 007). A consulta decorrerá até o dia **24 de setembro de 2021** e visa a apresentação por parte do público em geral de sugestões, comentários, propostas de correção, ajustamentos ou outras reações que se entenderem necessárias.

O projeto da Norma de Requisitos de Sustentabilidade para Alojamentos Turísticos e o respetivo formulário de comentários e sugestões estão disponíveis em <https://www.facebook.com/IGQPI>

Os comentários e sugestões devem feitos através do formulário enviados para o endereço eletrónico dsnac@mice.gov.cv

Avenida Cidade de Lisboa, Prédio Ex. Bô Casa, 3o Piso – Várzea – Cidade da Praia – Ilha de Santiago –
República de Cabo Verde – Tel.: +238 2604340/4816 – WebSITE: www.igqpi.cv

Exmos. Senhores:

.- ANDIRSON JOSELUZ BANDEIRA

.- HÉLIO DOMINGOS DE SOUSA GACIA

30.08.2020

ASSUNTO: ABANDONO DE LUGAR

A Gerência da HIFACAR, LDA, com desse na Ilha do Sal, Cidade de Espargos, Bairro Novo, vem por esta via comunicar os senhores **ANDIRSON JOSÉ LUZ BANDEIRA e HÉLIO DOMINGOS DE SOUSA GARCIA**, todos condutor na referida empresa, que lhes foi instaurado um processo de Abandono de Lugar, por se encontrarem fora do seu posto de trabalho desde de junho de 2021 e que têm oito dias úteis, a partir desta data para, querendo, apresentar a sua defesa.

Os colaboradores acima mencionados ficam desde informados que segundo o trazido o nº1 do Artigo 244º do CLC “o colaborador rescinde o contrato sem aviso prévio quando tenha abandonado o lugar” com os efeitos previstos no Artigo 245º do mesmo Código.

Anacleto Soares



ASSUNTO: AUTO DE ABANDONO DE LUGAR

LEROY CV - COMÉRCIO E INDÚSTRIA SA, na qualidade de empregadora, comunica os senhores **MÁRIO SANCHES DE ANDRADE** maior, portador do Bilhete nº169961 e **LUÍS ANTÓNIO TEIXEIRA DE PINA** maior, portador do Bilhete nº 335540 na qualidade de trabalhadores desta empresa, que devida á sua ausência ao trabalho desde o dia 04 de Junho de 2021, desde então sem dar notícias ou apresentar qualquer justificação até á presente data, estão, em conformidade com o disposto nos art.º 244 e 245 do Código Laboral Cabo-Verdiano, preenchidos os requisitos legais para o abandono de lugar.

Assim para todos os efeitos legal considera-se rescindido, por abandono de lugar, o contrato de trabalho por tempo determinado que o liga a esta empresa desde o dia 04 de Junho de 2021 em que deixou de comparecer ao trabalho.

Comunica-se ainda que o mesmo incorre no dever de indemnizar a instituição pelos prejuízos causados.

Praia, 27 de Agosto de 2021

A Direcção

/Manuel Pinto Rios/

Leroy CV - Comercio e Industria, Lda. Sede: Praia, Nossa Senhora Da Graça - Tira Chapéu Industrial Edifício Colégio -
Turminha NIF289308003 Email: leroy-cv@hotmail.com Tel. 238 9371324 (Loja Assomada) Tel. 238 2647067 (Loja Praia)

Praia-2021-006 External Vacancy Announcement: Building Engineer Supervisor (Applications Deadline: September 15, 2021)

U.S. Embassy Praia is seeking qualified Applicants for the following position:

• **Building Engineer Supervisor – FSN 11**

Under the supervision of the General Services Officer, the Building Engineer Supervisor leads a team of skilled tradespersons responsible for maintaining all of the Embassy Compound / New Embassy Compound (NEC/NCC) operating systems. Included among these are the Mechanical and Electrical Systems, Building Automation System (BAS), Chiller Plant, Air Handling Units, VAV System, Potable Water, Sanitary Sewage, Storm Sewage, Oil Water Separator Systems, Fuel Delivery, Distribution, and Fuel Monitoring Systems, and the Fire Alarm and Fire Suppression Systems; Electrical Power Generation and Distribution Systems; Voltage Regulators; Transformers; Switchgear; Panel boards, Automatic Transfer Switches; Variable Frequency Drive (VFD) motors and controllers; and Uninterruptible Power Supply (UPS) Systems. Additional responsibilities include supervision of the custodial and grounds maintenance staff, and overseeing an aggressive recycling and energy conservation program.

Deadline to Apply: Not Later than **September 15, 2021**. See below for instructions on submitting your application.

• **Note: Google Chrome browser is recommended.**

To Apply* please use the following address/link:

<https://erajobs.state.gov/dos-era/cpv/vacancysearch/searchVacancies.hms>

*NOTE: Paper or e-mailed applications will NOT accepted.

Full consideration is given to all the applications but only short-listed candidates will be contacted to schedule a test/interview.

We look forward to receiving your applications!

U.S. Embassy Praia, Cabo Verde



UNION EUROPÉENNE

DÉLEGATION EN RÉPUBLIQUE DU CABO VERDE

La Délégation de l'Union européenne en République de Cabo Verde recherche: Assistant Administratif

Nous sommes

L'Union européenne (UE) est le fruit d'un partenariat économique et politique entre 27 pays européens. Elle joue un rôle majeur sur la scène internationale, que ce soit par la diplomatie, les échanges commerciaux, l'aide au développement ou la coopération avec les organisations internationales. À l'étranger, elle est représentée par plus de 140 représentations diplomatiques, connues aussi sous le nom de délégations de l'UE, qui ont une fonction similaire à celle d'une ambassade.

La Délégation de l'UE en République de Cabo Verde est un partenaire engagé dans la coopération avec le pays.

Nous proposons

Nous proposons un poste d'Assistant Administratif. Dans le cadre de cet emploi, la personne recrutée se verra attribuer des fonctions qui dépendront des besoins de la Délégation. Lors du recrutement, le candidat retenu occupera un emploi spécifique en tant qu'Assistant Administratif; cette fonction peut être modifiée selon les besoins de la Délégation. Dans le cadre de cette fonction, le candidat retenu servira de personnel technique et d'appui pour assister le Chef d'Administration dans la coordination et mise en œuvre des dispositions administratives (gestion des ressources budgétaires et des ressources humaines) et de Sécurité (gestion de l'information et suivi des incidents) de la Délégation sous la supervision et la responsabilité du Chef de la section Administration.

Environnement de travail multiculturel dans une Délégation d'environ 20 personnes. Pas de contraintes particulières, possibilité de missions. Semaine de travail de 37h30min, à Praia. L'agent sera classé dans le Groupe II avec une rémunération initiale de base de 170.963 CVE par mois.

Nous offrons une position concurrentielle dans un environnement international. Des avantages tels qu'un régime de pension complémentaire et une assurance médicale pour les employés et leur famille sont offerts sous certaines conditions.

Critères de sélection

Exigences minimales:

1. Être médicalement apte à exercer les fonctions requises;
2. Jouir des droits civiques et posséder les permis de travail conformément à la législation locale;
3. Posséder une très bonne connaissance du portugais, bonnes connaissances du français et/ou d'anglais;
4. Diplôme de l'enseignement supérieur (en Cabo Verde: Bacharelato)
5. Minimum 5 ans d'expérience professionnelle dans le domaine.
6. Connaissance des outils informatiques comme Microsoft Office, Outlook.

Les points suivants seront considérés comme un atout:

1. Posséder une connaissance basique de la langue locale Krioulo;
2. Licence ou Master (en Cabo Verde: Licenciatura, Mestrado);
3. Expérience professionnelle dans une ambassade ou organisation internationale;
4. Formations et ou expérience professionnelle avec applications informatiques de gestion RH, financière ou comptable.

Comment soumettre votre candidature

Veillez adresser votre candidature et les pièces justificatives à:

DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu

Le dossier de candidature portant mention "Candidature - poste d'Assistant Administratif" La candidature doit contenir une lettre de motivation (en portugais ou anglais ou français) et un Curriculum Vitae détaillant le parcours académique ou d'enseignement, le parcours professionnel (y compris les références pertinentes), la connaissance des langues et toute autre compétence ou activité qui s'avère pertinente pour une meilleure connaissance du candidat (en portugais ou anglais ou en français). La Délégation ne fournira pas d'informations supplémentaires et ne discutera pas de la procédure de sélection par téléphone. Toute question concernant cette procédure doit être adressée par écrit à

DELEGATION-CABO-VERDE-LOCAL-AGENTS-RECRUITMENT@eeas.europa.eu.

La procédure

Après l'expiration du délai de dépôt des candidatures, celles-ci seront examinées par un comité de sélection mis en place à cet effet. Le comité de sélection établira une liste restreinte de candidats jugés les plus aptes à occuper le poste, sur la base d'une appréciation préliminaire des renseignements fournis dans les lettres de candidatures et les pièces justificatives. Les candidats présélectionnés seront invités à la phase d'évaluation, qui peut comprendre un entretien si nécessaire – à ce stade, le comité de sélection évaluera l'aptitude des candidats à occuper le poste.

Les candidats n'ayant pas été retenus sur la liste restreinte ne seront pas contactés individuellement; toutefois, la Délégation utilisera les mêmes moyens de publication que pour le présent avis de vacance pour informer les autres candidats que la procédure de recrutement été menée à son terme et qu'un candidat a été (ou non pas été) recruté.

Date limite pour la soumission des candidatures: 17/09/2021 avant 23.59, heure locale Cabo Verde.



Comissão Nacional de Eleições
EDITAL Nº02/CNE/2021

A Comissão Nacional de Eleições, nos termos do artigo 378º/4 e 382º do Código Eleitoral, publica a relação das candidaturas definitivamente admitidas à eleição do Presidente da República marcada para o dia 17 de outubro de 2021, pela ordem do auto de sorteio do Tribunal Constitucional:

- 1. Fernando Rocha Delgado**, Casado, de 40 anos de idade, Engenheiro Naval, nascido em 03 de fevereiro de 1981, filho de João Baptista Delgado e de Maria das Dores Rocha, natural de Santo Crucifixo, Ribeira Grande de Santo Antão, titular do Bilhete de Identidade nº. 1981102003M001G, emitido pelo Arquivo de Identificação de São Vicente em 02/07/2021, residente em Fonte Inês, São Vicente, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral de São Vicente.
- 2. Gilson João dos Santos Alves**, Solteiro, de 40 anos de idade, nascido em 06 de setembro de 1981, filho de Alfredo Silva Alves e de Júlia Arcângela dos Santos, natural de São João Baptista, Porto Novo de Santo Antão e residente no Bairro de Campinho, Rua 2, o Rés do Chão, nº14, São Vicente, titular do Bilhete de Identidade nº. 163478, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia em 17/11/2017, validade até 17/11/2022, inscrito no Caderno de Recenseamento da França, sob o nº. FF676F9A-BFEF-45ª5-B0C7-FD3B778B49B5.
- 3. José Maria Pereira Neves**, divorciado, de 61 anos de idade, professor universitário, nascido em 28 de março de 1960, filho de Alda Pereira Neves, natural da Freguesia e Conselho de Santa Catarina e residente na Prainha, titular do Cartão Nacional de Identificação nº 19600328M004M, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia, válido até 12/06/2024, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, sob o nº. 58C72BE5-6295-4DB2-8A0D-9B07187FC3DF.
- 4. Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga**, casado, de 71 anos de idade, advogado com inscrição suspensa a seu pedido, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente e domiciliado em Achada S. António, Cidade da Praia, titular do Cartão Nacional de Identificação nº19491021M001D, válido até 06 de março de 2024, filho de Alfredo José Carvalho da Veiga e de Maria Augusta Wahnnon de Carvalho Veiga, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, sob o nº F520CF43-E951-4335-9E67-ADC32CE83B97.
- 5. Hélio de Jesus Pina Sanches**, casado, de 56 anos de idade, advogado, residente na Cidade da Praia, Palmarejo, nascido a 20 de janeiro de 1965, natural do Conselho de Santa Catarina de Santiago, portador do Cartão Nacional de Identificação nº. 19650120M010C, emitido na Cidade da Praia e válido até 02/04/2024, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, sob nº de inscrição FE4A0534-B09B-4390-A540-4744D6DEB4D5.
- 6. Casimiro Jesus Lopes de Pina**, solteiro, de 47 anos de idade, Jurista, nascido em 13 de março de 1974, filho de Alírio Lopes de Pina e de Alice de Pina, natural de Nossa Senhora da Conceição, residente em Achada Santo António, titular do Bilhete de Identidade nº. 137740, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia sob o nº. 80B8D4EA-BFDB-47C2-A9A4-31EE8B6DC1E8.
- 7. Joaquim Jaime Monteiro**, solteiro, de 81 anos de idade, professor, nascido em 21 de agosto de 1940, filho de Teodoro Cirilo Monteiro e de Teodora Lima Monteiro, natural de Santo Crucifixo, Ribeira Grande de Santo Antão, residente em Assomada, titular do Bilhete de Identidade nº. 296080, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia em 29/01/2001, validade vitalício, inscrito no Caderno de Recenseamento Eleitoral da Praia, sob o nº. FC8BE261-8AD9-4852-A244-60B11907430D.

Comissão Nacional de Eleições,
Maria do Rosário Lopes Pereira Gonçalves
(Presidente da Comissão)



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 82 vº a fls 83 vº do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de sete de julho de dois mil e vinte e um, na qual **Sr. RAÚL RODRIGUES ALVES e DOMINGAS GONÇALVES ALVES**, que também usam **RAUL ALVES E DOMINGAS ALVES**, casados no regime de comunhão de adquiridos, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residentes em São Filipe, se declaram com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, coberto de betão armado, tendo no rés-do-chão uma garagem, no primeiro andar, uma sala comum, cozinha, uma casa de banho, uma varanda e um quarto, segundo andar, com as mesmas características do primeiro, situado em Xaguate, com área de sessenta e seis vírgula noventa e cinco metros quadrados, confrontando ao Norte com ribeira, sul com passagem pública, este com lote cinquenta e oeste com lote quarenta e oito, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 2017/0, com o valor matricial de três milhões, oitocentos e vinte três mil, oitocentos e quarenta escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriram o referido prédio por o terem construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, em mil, novecentos e noventa e três, num terreno comprado por escrito particular na Sra. Ana Leonor Barbosa, na qualidade de herdeira de Manuel José Barbosa, sem que pudessem, por isso, dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, estão na posse e fruição do imóvel e o vêm exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, continua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julgam ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e quatro de Agosto de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 69/08

Artigo 20º .42:.....1.000\$00

Selo do acto:..... 200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
Av. Amílcar Cabral, C.P. – 13-A – São Filipe – Telefone nº 2811371/2811154

AVISO

Quem tenha adquirido lotes em Montinho ou em Xaguate, na família Monteiro Silva, directa ou através do advogado Roque Silva, deve providenciar celebrar a respectiva escritura pública com urgência e até Novembro próximo!



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente, para efeitos de Primeira publicação que, a fls. 29 a 30 do livro de notas para escrituras diversas número 49-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de seis de Agosto de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia vinte e sete de Agosto de dois mil e dezoito, na cidade de Boston, Estados Unidos da América, faleceu **MANUEL ANTÓNIO MONTEIRO**, de cinquenta e nove anos de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em Boston, Estados Unidos da América, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos com Celestina Jesus Fernandes Pina Monteiro, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) Edna Amália Pina Monteiro, solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe;

b) Emanuel Ovídio de Pina Monteiro, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe;

c) Helder António Pina Monteiro, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe;

d) Elson Filipe Pina Monteiro, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe;

e) Sónia Rodrigues Fernandes Monteiro, divorciada, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe;

f) Alyssa Celine Monteiro, solteira, maior, dos Estados Unidos da América, todos residentes nos Estados Unidos da América

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados

herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança do falecido.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos nove de Agosto de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº59/08

Artigo 20.º 4.21.000\$00

Selo do acto..... 200\$00

Soma:1.200\$00 São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe Telefone nº 2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

CERTIFICO: Para efeitos da segunda publicação que foi lavrada nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Maio no dia dezanove de Agosto do ano de dois mil e vinte a folhas 14/15 do livro de notas número 20 no qual a Exma. Sra **MARIA DO SAMEIRO CARDOSO RAMOS TAVARES**, casada com Francisco Rosa Tavares Silva, no regime de bens adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - Concelho do Maio, residente em Calheta, Ilha do Maio, NIF116465867, no qual se declara que com exclusão de outrem é dona e legítima possuidora do veículo automóvel de categoria ligeiro, tipo Particular, Marca **Suzuki**, modelo **Samurai**, Cor, **Azul metalizado**, nº de Chassi **JS4JC51C8J423892**, ano de fabrico **1988**, matrícula **ST-91-AO**, registada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, no livro IP nº 3, sob o número 821, no dia 16 de Setembro de 1992, a favor de José Alberto Barros.

Que a referida Viatura lhe veio a posse por compra efetuada por escrito particular no **Sr. José Alberto Barros**, casado, residente em parte incerta nos Estados Unidos da América, pelo valor de trezentos mil escudos, no ano de 2008, sem que no entanto

ficasse a dispor de qualquer título formal, mas desde logo entrou na posse e fruição da referida viatura, posse que a justificante já possui há mais de 10 anos, e sempre foi exercida por ela justificante sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, posse que sempre exerceu a vista de todos e sem interrupção, usufruindo todas as utilidades da viatura, suportando os respetivos encargos de forma pacífica, continua e pública.

Que, assim adquiriu o referido veículo por usucapião, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição documentos que lhe permite fazer a prova do seu direito de propriedade, pelo que vem justificar o seu direito de propriedade para efeitos de primeira inscrição.

Conservatória e Cartório Notarial do Maio, aos 20 de Agosto de 2021.

Art.º 20º,4.2:1.000 \$00.

Selo;.....200 \$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta nº 202104281

O Conservador/Notário Por Substituição

/Emanuel Rocha Alves/



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRACTO**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 23.08.2021, de folhas 37 a 38 do livro de notas para Escrituras Diversas número 264, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Domingas Pereira Soares**, nos termos seguintes:

Que no dia **onze do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove**, nos Estados Unidos da América, faleceu **Domingas Pereira Soares**, que usava e era também conhecida pelo nome de Domingas Bartolomeu Soares, aos noventa e um anos de idade, no estado civil de solteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Monte, concelho da Brava, filha de Bartolomeu Antonio Soares e de Francisca Pereira Soares, e que teve a sua última residência habitual nos Estados Unidos da América.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e

sucedem-lhe únicos herdeiros filhos: **Eugénia Soares de Barros**, maior, solteira, e **Bartolomeu Domingas Soares**, maior, casado com Ecilda Gomes de Barros Soares, naturais da freguesia de Nossa Senhora do Monte, concelho da Brava, residentes nos Estados Unidos da América.

Os Interessados, querendo, podem proceder á impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 24 de Agosto de 2021.

CONTA: 42

Art. 20.4.2.....1000\$00

Selo do Acto,..... 200\$00

Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Oficial,

/João Bernardo Mendes Correia

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO Estagiário: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia onze de Agosto de dois mil e vinte e um, de folhas quatro e verso, no livro de notas para escrituras diversas número 02/A, deste Cartório, a cargo do Notário Estagiário **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Matilde Lopes Borges**, falecida no dia vinte e dois de Outubro de dois mil e vinte, na freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência Covão Sanches, Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única e universal herdeira a sua filha: **Maria Rosário Borges**

de Carvalho, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente nesta Cidade do Tarrafal

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer á herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos doze dias do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo.....200.00

Total.1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 888/2021.

O NOTÁRIO Estagiário,

/José Ulisses Fortes Furtado/

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA RC, TELEFONE Nº 2661124



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE
JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO JUDICIAL

=Nº 01/P.6/TJCSF/FA/2021-2022=

Dr. **PAULO LOPES**, Juiz de Direito do Tribunal da Comarca de São Filipe

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS
PROCESSO: **Ação Especial Divorcio Litigioso** NÚMERO DO PROCESSO: **174/2021**
AUTORA: **Ângela Gomes de Pina Fontes**.

ORDENA A CITAÇÃO DO RÉU:

RÉU: João de Jesus Fontes, o "Adriano", nascido em 24.12.1952, operário, natural da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe/ Fogo, emigrante nos EUA, com última residência conhecida em **Campanas de Baixo**.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) Pelo Tribunal Judicial da Comarca do Fogo, Juízo Cível correm éditos de **VINTE DIAS**, depois da finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da publicação do último anúncio, para contestar, querendo os presentes autos, movidos neste tribunal pela autora pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, que se encontra disponível na secretaria deste tribunal, que poderá ser levantado nas horas normais de expediente.

b) De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação;

c) De que a falta de contestação **não importa** a confissão dos factos articulados pela Autora;

d) De que é obrigatória a constituição de advogados (art.35º/l-a) do CPC):

e) De que, caso contestar a acção deverá pagar o preparo inicial no montante de **10.000\$00** (dez mil escudos) dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efectuarlo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, com advertência de que a falta deste pagamento, implica a mediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva (art.58º,61º e 66º do CCJ);

f) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (art.5º e ss. da LAJ); e.

g) Que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial por Advogado, dentro do prazo de **DOIS DIAS** úteis, a contar da afixação deste edital, apresentado desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone telefones, **(+238) 2619755/56-Fax:(238) 2619754- C.P.782-** -Rua Serpa Pinto.nº9,3ºAndar-Plateau. Email: ordemadvogados@cvtelecom.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 16 vº a fls 17 vº do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dez de maio de dois mil e vinte e um, na qual o **Sr. AUGUSTO DE ANDRADE**, com NIF187892792, divorciado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Portugal, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de uma base para construção, situado em Fonte Aleixo, São Filipe, com área de cento e doze metros quadrados, confrontando ao norte com lote quarenta e nove, Sul com passagem publica, Este com via publica e Oeste com baldio, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 3357/0, com o valor matricial de sessenta e sete mil e duzentos escudos, omissos no registo predial.

Que o seu representado adquiriu o referido prédio por contrato particular de compra e venda em mil, novecentos e noventa e

nove, no Sr. João Pedro Gomes dos Santos, sem que, por isso, pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel há mais de vinte anos e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade por usucapião sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos trinta de agosto de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º97/08

Artigo 20º 4.2.:.....1.000\$00

Selo do acto :200\$00

Soma:..... 1.200\$00 –

São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54 / VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia **vinte e sete de Agosto de dois mil e vinte e um** no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 8/A, a folhas 54 a 55, a seguinte habilitação:

Que no dia vinte do mês de **julho** do ano **mil novecentos e noventa e nove**, faleceu no Hospital de Assomada, sem testamento ou disposição de última vontade o **Sr. DANILO GALINA MONTEIRO**, no estado de divorciado, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Assomada. Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legitimários:

JOSÉ HENRIQUE NUNES GALINA, no estado de solteiro, maior, de natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Holanda; **GIL ANTÓNIO LOPES FERNANDES GALINA MONTEIRO**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Holanda; **DANILO NUNES**

GALINA MONTEIRO no estado de solteiro, maior, de natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Holanda; **PAULO JORGE NUNES GALINA MONTEIRO** no estado de solteiro, maior, de natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Holanda; **ALDA FERNANDES GALINA MONTEIRO** no estado de solteira, maior, de natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Assomada.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos trinta e um de abril de dois mil e vinte e um.

CONTA: Artº.20.4.2.:.....1.000\$00

Imposto de Selo:..... 200\$00

Total:.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº313/2021.

O Notário, P/S
/Felismino Monteiro Benchimol/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de São Lourenço dos Órgãos, Cidade de João Teves, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 271 10 41 / VOIP (333) 6707, Email: Conservatoria.CartorioOrgaos@gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia **trinta de Agosto de dois mil e vinte e um**, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 8/A, a folhas 51, a seguinte habilitação:

Que no dia **vinte e oito** do mês de **maio** do ano **dois mil e vinte**, faleceu em Suíça, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. ELISABETH MONTEIRO GOMES**, no estado de solteira, natural que foi da Suíça e com última residência em Suíça.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, seus pais **CÉSAR SILVA GOMES FER-**

NANDES e MARIA ROSA SEMEDO MONTEIRO, casados entre si, residentes em Suíça.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, trinta de abril de dois mil e vinte e um.

CONTA:

Artº .20.4.2.:.....1.000\$00

Imposto de Selo:.....200\$00

Tota 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 310/2021.

O Notário, P/S
/Felismino Monteiro Benchimol/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de São Lourenço dos Órgãos, Cidade de João Teves, CP., Cabo Verde, Telefone +(238) 27110 41 / VOIP (333) 6707, Email: Conservatoria.CartorioOrgaos@gov.cv

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 100 do livro de notas para escrituras diversas número 48-B, a fls 01 do livro número 49-B, desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dezanove de julho de dois mil e vinte e um, na qual **CARLOS TEIXEIRA BARROS**, com NIF137121873, casado com Maria Conceição Cardoso Teixeira, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio urbano, coberto de betão, com uma sala de estar, três quartos, uma cozinha, uma casa de banho, um quintal e uma cisterna, no sítio de Alvito, confrontando ao Norte com Baldio, sul com lote F, este com Baldio e oeste com Baldio, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número 3107/0, com o valor matricial de um milhão, setecentos e cinco mil escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por lhe ter sido doado verbalmente pelo avô An-

tónio Pereira Barros, há mais de quarenta anos, sem que pudesse, por isso, dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, há mais de quarenta anos, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade por usucapião sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e um de julho de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º169/07
Artigo 20.º 4.2:.....1.000\$00
Selo do acto:..... 200\$00
Soma:..... 1.200\$00 – São: Mil é duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº 2811371/2811154

NOTÁRIO Estagiário: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezasseis de Agosto de dois mil e vinte e um, de folhas 09 e 10, no livro de notas para escrituras diversas número 02/A, deste Cartório, a cargo do Notário Estagiário **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Pedro Nolasco da Costa**, falecido no dia quinze de Dezembro de dois mil e vinte, em França, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Agostinha Lopes Tavares**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Augusta de Nete Lopes da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Carlos Alberto Cabral Ribeiro, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Jennifer da Costa**, solteira, maior, natural de França, residente em França, **Emilie Michelle da Costa**, solteira, maior, natural de França, residente em França, **Hélène da Costa**, casada sob o regime de comunhão

de adquiridos com Adilson Sanches Teixeira, natural de França, residente em França, **Rosalina da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Manuel da Veiga Tavares, natural de França, residente em França, **Danièle da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Adriano Mendes dos Santos, natural de França, residente em França e **Philomène da Costa**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Anilson Varela Fortes, natural de França, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e um.

Custas. 1.000.00

Imp. de selo 200.00

Total 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o nº 787/2021.

O NOTÁRIO Estagiário,

/ José Ulisses Fortes Furtado /

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C, TELEFONE Nº 2661124

NOTARIA: Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, lavrada em 13/08/2021, de fls 56 a 57, no livro de notas para escrituras diversas nº 50/A e que, têm pleno conhecimento que no dia 27/02/2020, na freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, faleceu **Domingos Gomes**, no estado de casado no regime de comunhão de adquiridos com Rosa Soares Tavares, filho de Cândido Gomes Tavares e de Angelina Cardoso, natural que foi da supramencionada freguesia e concelho, com última residência no sítio de Achada Monte, São Miguel.

Que, o falecido não deixou testamento, em qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos: **João Paulo Soares Gomes, Isa Maria Soares Gomes, Máxima Soares Gomes, e Cândido Soares**

Gomes, todos solteiros, maiores, todos naturais da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, à excepção do último natural da freguesia e concelho de Almada, Portugal, residente em Paris, França.

E, que não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Cruz, 13/08/2021.

Custas.....1.000.00

Imp. de selo..... 200.00 =Total: 1.200,00 - Reg. sob o nº 742/2021.

A Notária,

/ Lic. Elisângela de Jesus Varela Moreira /

Direção Geral dos Registos. Notariado e identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 27.08.2021, de folhas 73 a 74 do livro de notas para Escrituras Diversas número 265, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Francisco da Moura Semedo**, nos termos seguintes:

Que no dia dezanove do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, em Osny-Val-D'Oise, França, faleceu **Francisco da Moura Semedo**, aos cinquenta e nove anos de idade, no estado civil de casado com Maria de Lourdes Ribeiro Cabral, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de Bebiano da Moura e de Maria Semedo, e que teve a sua última residência habitual em Osny-Val-D'Oise, França.

Que o falecido não deixou Testamento ou qualquer disposição de última vontade,

e sucedem-lhe como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: Jean Michael da Moura Semedo e Cindy da Moura Semedo, todos maiores, solteiros, naturais de França, onde residem.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferem ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL nº 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 27 de Agosto de 2021

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 75 /2021

Art. 20.4.2:.....1000\$00

Selo do Acto:..... 200\$00

Total :.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia doze de novembro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário **Dr. JOSÉ MANUEL SANTOS FERNANDES**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/69, a folhas **27 V a 28** a habilitação de herdeiros, por óbito de **LUIS JOÃO DOS SANTOS**, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estados de viúvo, com última residência habitual, em Chã de Marinha, ilha de São Vicente, falecido no dia quatro de fevereiro de dois mil e doze, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz. Concelho e ilha de São Vicente.

Que, o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade lhe sucederam como herdeiros legítimos os seus filhos: **a) Joana Rosa Rocha**, à data do óbito casada com Jose Imaculado Rodrigues, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Chã de Alecrim, cidade do Mindelo; **b) Isabel Rosa Rocha Rodrigues**; à data de óbito, casada com Maximiliano Manuel Rodrigues, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente

em Figueiras, ilha de Santo Antão; **c) Francisco Neves Santos**, à data de óbito divorciado, residente em Chã de Marinha, ilha de São Vicente; **d) Armando Nascimento Santos**; à data de óbito divorciado, residente em Ribeira Alta – ilha de Santo Antão, todos naturais da freguesia de São Pedro apóstolo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido, **Luís João dos Santos**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, em Mindelo, aos onze dias de agosto de dois mil e vinte e um.

O Notário,

/José Manuel Santos Fernandes/

CONTA:

Artº.20.4.2: 1.000\$00

Imposto de Selo: 200\$00

Total:1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 303106 Conta nº 202137980



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 27.08.2021, de folhas 71 a 72 do livro de notas para Escrituras Diversas número 265, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notaria Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Maria de Lourdes Semedo Garcia**, nos termos seguintes:

Que no dia vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e quinze, no seu domicílio, freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, faleceu **Maria de Lourdes Semedo Garcia**, aos cinquenta e quatro anos de idade, no estado civil de casada com José Rui Tavares, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia e concelho supra referidos, e que teve a sua última residência em Serra Malagueta.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos:

1. Leonilde de Lourdes Garcia Tavares, maior, divorciada, e Rui Jorge Garcia Tava-

res, maior, casado com Maria Nilda Tavares Semedo, no regime de comunhão de adquiridos, naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residentes em França.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo DL nº 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 27 de agosto de 2021.

CONTA: 69/2021

Art. 20.4.21000\$00

Selo do Acto.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-
-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria, Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário **Dr. JOSÉ MANUEL SANTOS FERNANDES**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/71, a folhas **88 V a 89** a habilitação de herdeiro, por óbito de **ROSA ANA BRITO**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de divorciada, falecida no dia dez de março de dois mil e vinte um, em Rotterdam - Holanda onde teve a sua última residência habitual.

Que, a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e lhe sucedera como a única herdeira legítima, a sua filha, **ILINA BRITO DELGADO**, à data do óbito solteira, maior,

natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Roterdan – Holanda.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefira a indicada herdeira ou com ela possa concorrer na sucessão, à herança da referida, **ROSA ANA BRITO**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, em Mindelo, aos vinte e cinco dias de agosto de dois mil e vinte e um.

O Notário,

/José Manuel Santos Fernandes/

CONTA:

Artº.20.4.2:.....1.000\$00

Imposto de Selo:.....200\$00

Total.....1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 302443. Conta nº202137457



EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia treze de agosto de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e seis**, a folhas **oitenta e seis frente e verso**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Elvira Perira Moita Semedo**, falecido no dia vinte e dois de Outubro de dois mil e dezanove, em Portugal, natural que foi de Portugal, com última residência em Suíça, no estado de casada com Pedro Comunhão de adquiridos.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como único herdeiro legítimo, o seu filho: **Onildo de Jesus Moita Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo,

residente em Covão Grande, São Salvador do Mundo.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram ao indicado herdeiro, ou com ele possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Elvira Pereira Moita Semedo**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos treze de agosto de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00 ---Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3963/2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.cv

